



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 5

QUADRIÉNIO DE 2025 - 2029

(Artigo 57º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 26 DE JUNHO DE 2026**

--- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Carlos Camejo Martins, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **I - Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **II - Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação de proposta relativa à 3ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2026; -----

--- **Ponto número três** – Apreciação dos resultados da participação do Município na empresa TEGEC, EM relativos ao exercício económico de 2025; -----

--- **Ponto número quatro** - Apreciação das contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o Grupo Municipal, relativas ao exercício económico de 2025; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à designação do auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do Município; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa ao Regulamento da Praça Municipal e do Comércio a Retalho não sedentário do Município de Trancoso; -----

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação de proposta relativa ao Regulamento Municipal de Apoios Económicos de Carácter Eventual a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade e de Emergência Social;

--- **Ponto número oito** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à autorização para atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público do Município de Trancoso, no âmbito do procedimento conjunto a promover pelas Aldeias Históricas de Portugal, para a instalação e operação de Pontos de Carregamento Elétrico de Veículos, nos termos do Decreto-Lei nº 93/2025, de 14 de agosto, revogando-se em consequência, a deliberação tomada a 29/04/2025, sobre esta matéria; -----

--- **Ponto número nove** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à designação do Júri do Procedimento Concursal para recrutamento e seleção de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo e Desporto; -----

--- **Ponto número dez** - Análise, discussão e votação de proposta e minutas dos Autos de Transferência de Competências e Recursos Financeiros, a celebrar entre o Município e as freguesias, nos termos do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- **III - Período de intervenção do Público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por Armandina dos Santos Almeida e Helena Isabel Sabino Antunes, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais, substituída por Hugo David da Silva Neves, membros do Grupo Municipal da Coligação Por Si – Por Trancoso. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas à Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Moimentinha, Vera Catarina Monteiro Coito, substituída por Annabelle Marques Vital Tiago, ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia dos Tamanhos, Telmo André Chalo Lopes, substituído por Sónia Raquel dos Santos Lourenço, ao Senhor Presidente da União das freguesias Vila Franca das Naves e Feital, Sérgio António Martins Pires e ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Granja, Pedro Miguel Santos. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Daniel José Salvador Joana e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João Rafael Oliva de Figueiredo e Carla Fernanda Cardoso Morgado Rebelo. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, cumprimentando todos os presentes e informando que, nesse dia, teria lugar a inauguração da Feira Medieval. Nesse sentido, solicitou aos deputados que tentassem sintetizar as suas intervenções, salientando, contudo, que os assuntos da Assembleia deveriam manter-se como prioridade, relativamente à realização da Festa das Bodas Reais. Comunicou ainda que, embora a disponibilização no portal do Município destinado à consulta dos documentos relativos às sessões da Assembleia Municipal já estivesse prevista para a presente sessão, a sua conclusão e implementação não foi possível, mas que deverá ocorrer até à sessão de setembro. Tal atraso deveu-se ao surgimento de outras prioridades que impediram a conclusão dos trabalhos dentro do prazo inicialmente previsto. Salientou, ainda, que as atas das sessões são elaboradas com base no respetivo registo sonoro, procurando reproduzir, com a maior fidelidade possível e de forma sintética, o teor das intervenções realizadas. Acrescentou que, por vezes, existem pedidos de alterações de última hora que não permitem que se confrontem na reunião com o registo sonoro. Por esse motivo, sendo a ata o primeiro documento a ser enviado e com algum tempo de antecedência, solicitou, que no futuro, seja lida e analisada por todos e que caso se considere necessário haver correções que fosse antes das sessões, de modo que a proposta da ata quando apresentada pela Mesa seja já uma proposta definitiva e cotejada com o registo sonoro da sessão. Cada vez que existe uma discrepância entre o que está escrito na ata e a realidade do que aconteceu, pode ser enviado um email para os serviços de apoio para que possa haver uma verificação e confirmar se é necessário fazer correção ou não. Relembrou também um ponto existente no regulamento e que foi aprovado por unanimidade, que incide sobre o facto de qualquer membro que se ausente por mais de trinta minutos perder o direito à senha. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a a apreciação. Não havendo intervenções, a mesma foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. De seguida, informou que se iria entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, abordando o tema da Saúde em Trancoso, assunto

já muito debatido e que tem merecido bastante tempo, atenção e preocupação dos deputados desta Assembleia, tendo tido nesse dia, por motivos pessoais, a oportunidade de visitar o edifício do Centro de Saúde de Trancoso, e ter constatado, com agrado, que as obras de requalificação do espaço exterior decorrem a bom ritmo. Segundo o deputado, tudo indica que a próxima fase, será uma requalificação também do espaço interior do centro de saúde, o que representa um registo positivo porque efetivamente o edifício necessita de obras no seu interior, de modo a, por um lado, melhorar as ofertas de cuidados de saúde primários aos munícipes e, por outro lado, oferecer boas condições de trabalho aos profissionais que diariamente cumprem esse serviço. No entanto relativamente à requalificação do espaço interior surgem algumas preocupações, nomeadamente como será promovida a continuidade dos serviços dos cuidados primários, quando é possível que exista a interdição temporária de alguns espaços e eventualmente como será possível conciliar as obras com a oferta atual quando provavelmente será necessário delimitar alguns espaços. Nesse sentido, perguntou ao Presidente do Município se tinha algum conhecimento acerca da realização de obras do espaço interno e se podia tranquilizar os membros desta Assembleia Municipal quanto à continuidade e manutenção dos serviços, visto que sendo o verão o melhor período para a realização de obras, no entanto coincidirá com uma maior afluência de turistas e emigrantes, pelo que seria importante assegurar que essa atividade intensa não fosse afetada pela ausência de algum tipo de oferta ou limitação de cuidados primários nesse local. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, salientando o atraso do envio da documentação, não tendo chegado a tempo útil para a sessão desta Assembleia Municipal e que, por lei, deveria chegar com cinco dias de antecedência juntamente com a ordem de trabalhos. Acrescentou tratar-se de uma situação que tem vindo a ser recorrente e que em comparação com o quadriénio do mandato anterior, em que não se verificava estes atrasos, tornou-se uma situação inaceitável e inadmissível, podendo representar uma tentativa de uma entrega não atempada da documentação, para não haver estudo e reflexão dos documentos sobre assuntos complexos e, por conseguinte, não poder haver debate. O que pode ser uma situação extremamente preocupante ou uma pura incompetência, deixando um protesto formal relativamente a esta situação e esperando que não seja um padrão, por ser um total desrespeito institucional para com os deputados municipais. Relativamente ao tema da saúde, salientou o facto de quando as obras atingem esta dimensão existem sempre dúvidas que nos assaltam. Reforçou existir um problema estrutural, que não é exclusivo do Concelho de Trancoso, mas que tem vindo a ser discutido há já algum tempo, que é a falta de médicos, e que para encontrar soluções para resolver este problema é necessário remar todos para o mesmo lado. No entanto, alertou que a realização de obras poderá levantar outros problemas, como a desocupação de espaços ou o encerramento de serviços, por conseguinte a questão que se coloca atualmente é se o serviço de urgência será para manter ou para encerrar. Sublinhou que sem médicos de família já estamos, mas ainda não ficámos sem serviço de urgência. Não será uma forma de se dar também por aí o facto consumado e tornar-se difícil a sua reabertura. É por isso um desafio enorme e que é para todos, porque todos temos responsabilidades nesse sentido, sendo todos cidadãos com direitos e deveres, e um dever de

cidadania é combater esta situação. Finalizou, manifestando, por um lado, a sua disponibilidade para, dentro das possibilidades, lutar e contribuir para que o serviço de urgência não fique encerrado e, por outro lado, questionando o Presidente da Câmara Municipal se dispunha de alguma informação que corroborasse essa suspeita, se já tinha feito alguma coisa e, em caso afirmativo, quais as diligências que já havia desenvolvido.

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, salientando o início da existência de algumas situações de conflitos e transtornos constantes no âmbito do estacionamento e trânsito automóvel no centro histórico de Trancoso. Realçou a necessidade da elaboração de um plano de reordenamento de trânsito em Trancoso, embora não seja tarefa fácil, torna-se imperativo que se tenha a coragem política para resolver este problema que se vai arrastando. Nesse sentido informou que o Executivo poderá contar com a colaboração e apoio da Coligação PSD/CDS numa oposição responsável, que pensa a cidade para as pessoas e que quer a mobilidade com eficiência. Destacou a anarquia que existe hoje em dia no espaço entre a Igreja de São Pedro, o edifício da Trancoso Invest e as farmácias, a dificuldade em passar pelo largo da roseira, assim como, a complexidade em poder revitalizar e modernizar o comércio local em ruas como a corredoura, cujas entradas dos estabelecimentos estão tapadas por carros que permanecem durante horas e peões que se vêm apertados nos passeios. Relembrou a proposta feita por Dr. António Manuel Oliveira, para a colocação de parquímetros, há quinze anos atrás, que parecia descabida, mas que talvez hoje se torne mesmo uma necessidade. Apelou a todos para que contribuíssem para a criação de condições mais apelativas para quem visita o Concelho e para a própria população, apelando ao civismo, nomeadamente no que respeita ao estacionamento, e à necessidade de sensibilizar para que os veículos sejam estacionados fora das Muralhas, deixando à consideração da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal a adoção de iniciativas que considerassem necessárias para a resolução desta situação. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes desejando a todos uma boa reunião de Assembleia Municipal. Começou por manifestar a sua concordância relativamente à gestão do trânsito no Centro Histórico, considerando-a um dos grandes desafios que a Câmara tem pela frente e que exige uma reflexão serena e a mais alargada possível, uma vez que, o que fazia sentido há quinze anos atrás pode já não fazer sentido hoje em dia. Por conseguinte, manifestou a sua disponibilidade para dialogar e avançar no processo de reordenamento do trânsito e do estacionamento no Centro Histórico, impondo duas exigências. Por um lado, a necessidade de preservar e cuidar do Centro Histórico, por ser o maior ativo do Concelho, e, por outro lado, garantir que as medidas adotadas não prejudiquem a vida dos trancosenses. Salientou que o Centro Histórico não deve ser pensado apenas para quem o visita, mas também para quem nele vive, enquanto espaço vivo e dinâmico, onde existem e devem permanecer a atividade comercial e cultural. Defendeu, desse modo, que não se faça dele um autêntico museu destinado exclusivamente aos visitantes, mas que continue a ser um lugar que possa ser habitado e vivido pela comunidade trancosense. Em resposta ao deputado João Caramelo, informou que são desenvolvidos todos os esforços possíveis para que a documentação seja disponibilizada o mais cedo possível, sem privilegiar a forma em detrimento do conteúdo. Quanto à saúde, confirmou, infelizmente, serem fundadas as preocupações manifestadas pelos

deputados. Destacou o início das obras no interior do centro de saúde e que, de acordo com várias fontes de informação, poderá haver constrangimentos grandes nos serviços apresentados à população, não afastando o facto de poder encerrar alguns deles durante esse período. Com as obras da ala do ambulatório, informou que o mesmo deverá ser deslocalizado para a ala onde funciona o SAC, conhecido por urgência, ficando a grande dúvida onde funcionará a urgência. Nesse sentido, e porque a Câmara não aceita que haja mais algum encerramento de um serviço no território, após ter acontecido no Reboleiro e em Guilherme, explicou que o Executivo já tentou encetar algumas conversações com a ULS, por via email no dia 19 de junho, a solicitar esclarecimentos sobre esta questão, tendo chegado uma resposta muito evasiva a 24 de junho informando que tinham sido acauteladas todas as medidas necessárias para o funcionamento normal das diversas equipas dos serviços de cuidados de saúde primários do centro de saúde de Trancoso. Revelou que não tendo considerado uma resposta satisfatória, a Câmara Municipal de Trancoso, além de ter feito um pedido de esclarecimento mais detalhado, também articulou com a Santa Casa da Misericórdia no sentido de saber se as instalações do hospital da Misericórdia, estariam ou não disponíveis para poder albergar temporariamente, enquanto durassem as obras, uma parte dos serviços que estão neste momento no centro de saúde, à qual obteve uma resposta prontamente positiva. Numa visita às instalações em questão, pôde confirmar a boa qualidade em que se encontram, apesar de não estar um funcionamento. Por conseguinte, informou que a Câmara tinha comunicado à ULS a possibilidade de disponibilizar outro espaço onde temporariamente pudessem funcionar os serviços que ponderassem necessários, para não perder mais um serviço no Concelho de Trancoso, sugerindo-lhe uma visita às instalações à qual até ao momento não obteve resposta. Estando previsto o início das obras no interior a 1 de julho, e reconhecendo que estas poderão implicar algumas limitações, confessou também recear que o encerramento não seja meramente temporário, solicitando, por isso, garantias por parte da ULS. Acrescentou que a Câmara Municipal, conforme já transmitido à ULS e manifestado publicamente nesta sessão perante todos os deputados, está disponível para encontrar soluções, nomeadamente através da disponibilização de um espaço alternativo ou da instalação de contentores junto ao centro de saúde, de forma a garantir que o Concelho de Trancoso não perca mais esse serviço, tão essencial e necessário às populações. Neste seguimento, foi partilhado também com a Câmara Municipal de Trancoso a preocupação por parte do corpo de bombeiros de Trancoso, que perante este cenário, vê com alguma dificuldade a capacidade de acorrer a todas as situações. Por esse motivo, apelou a todas as forças políticas presentes que estejam unidas nesta luta, que é uma luta por todos os trancosenses. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, felicitando o Executivo Municipal pela implementação e divulgação da iniciativa “ação de capacitação sobre a prevenção e mitigação dos riscos existentes nos aglomerados populacionais”, promovida pelo Município e que foi realizada na freguesia de Freches. Salientou tratar-se de uma medida importante para a proteção das pessoas e populações, sobretudo num Concelho como o de Trancoso, onde os incêndios rurais representam um risco significativo. Acrescentou que sempre que são desenvolvidas ações que reforçam a segurança das pessoas, importa reconhecê-las

publicamente, assim como a quantidade de pessoas que estiveram presentes nesses eventos. Realçou, desse modo, a existência de uma estratégia de prevenção e sensibilização, no entanto alertou que o mesmo não se verifica quanto a outro problema que continua a crescer de ano para ano, a proliferação da vespa asiática. Informou que esta espécie invasora representa um risco para a segurança das pessoas, para a biodiversidade e em particular para a apicultura e agricultura do Concelho, com consequências ambientais e económicas bem conhecidas, em que não são conhecidas ações preventivas por parte do Município, designadamente campanhas de monitorização, instalação de armadilhas na época adequada ou programas de sensibilização da população. Sendo a proteção das pessoas uma prioridade, considerou que essa matéria merece igualmente atenção por parte do Presidente da Câmara Municipal, porque prevenir é sempre mais eficaz e menos dispendioso do que agir quando o problema já está instalado ou muito descontrolado. Abordou ainda uma questão relacionada com a saúde pública, referindo a existência de vários fontanários públicos no Concelho que continuam sem qualquer identificação relativa à qualidade da água. Salientou a ausência de informação visível que permita aos utilizadores saber se a água é própria para o consumo humano ou não. Num período em que se fala tanto em segurança pública, seria importante que todos os fontanários municipais dispusessem de sinalética adequada e que os resultados das análises fossem divulgados de forma transparente, transmitindo confiança aos utilizadores e garantindo o cumprimento de boas práticas nesta matéria. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, solicitando fazer uma interpelação à Mesa, relativamente ao pedido de aditamento de duas propostas de recomendação feito pelo próprio para esta sessão de Assembleia Ordinária e que foi recusado pelo Presidente da Mesa da Assembleia. Por esse motivo, questionou se um membro da Assembleia podia ou não requerer a inclusão, na ordem do dia, de uma proposta de recomendação para apreciação, discussão e votação. Segundo a interpretação feita pelo próprio do regimento é possível, referindo o artigo 16º, nº3, que diz que “a ordem do dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer Membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito dentro do prazo previsto”, como aconteceu. Esclareceu que o que tinha sido requerido não era que a Assembleia Municipal criasse diretamente um programa municipal, nem que a Assembleia substituísse a Câmara Municipal no exercício das suas competências executivas, mas simplesmente uma inclusão de propostas de recomendação, para que a Assembleia apreciasse, discutisse e eventualmente votasse uma recomendação política dirigida à Câmara Municipal. Acrescentou também que, por um lado, de acordo com o artigo 30º, alínea e), reconhece que os membros da Assembleia podem “apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município”, e por outro lado, o artigo 63º nº 1 alíneas b) e c) reconhece aos membros da Assembleia o direito de “apresentar propostas, moções e requerimentos, bem como recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara, veiculados pela Mesa da Assembleia”. Informou também que segundo o artigo 25º, nº2, quando regula a discussão da ordem do dia refere-se expressamente à “apresentação verbal de cada proposta pelo Membro da Assembleia proponente, ou pelo Executivo

Camarário” mostrando que o regimento admite propostas de Membros de Assembleia no período da ordem do dia. Quanto à competência do órgão, informou que importava distinguir duas coisas, uma coisa era a Assembleia criar diretamente uma medida executiva, o que não estava em causa nessa situação, outra coisa é a Assembleia pronunciar-se politicamente, recomendar, sugerir ou tomar posição sobre uma matéria de interesse municipal. Acrescentou ainda que esta competência resulta do artigo 3º, nº 2, alínea j), quando prevê que a Assembleia pode tomar posição perante entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, e da alínea k) quando prevê que a Assembleia pode pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município. Salientou não ser apenas uma questão formal, mas uma questão de respeito pelo mandato dos membros da Assembleia Municipal, porque se o regimento reconhece o direito de apresentar propostas, moções e recomendações, então esse direito não devia ser esvaziado por uma interpretação demasiado restritiva da ordem do dia. Finalizou, informando que, caso a Mesa mantivesse o entendimento, solicitaria que a decisão fosse devidamente fundamentada, com indicação expressa da norma que impedisse a inclusão de uma proposta de recomendação na ordem do dia, e que essa fundamentação ficasse registada em ata. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Cátia Andrade, parabenizando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pela iniciativa da realização da primeira Assembleia Municipal Jovem realizada no dia 30 de maio de 2026. Salientou ser uma medida há muito defendida pela Juventude Socialista, inclusivamente apresentada na Assembleia Municipal à data da ata de 30 de setembro de 2022, pelo representante da Juventude Socialista (JS) à data. Informou que a iniciativa constitui um importante exercício de cidadania ativa, permitindo aos mais jovens conhecer de perto o funcionamento de uma Assembleia Municipal, desenvolver espírito crítico e participar na reflexão sobre os desafios e oportunidades a debater sobre o Concelho de Trancoso. Sublinhou ser encorajador ver os jovens envolvidos na vida pública local, contribuindo com as suas ideias e visão para o futuro dos Trancosenses. Também deixou uma palavra de reconhecimento a todos os participantes nomeadamente aos alunos da Escola Profissional de Trancoso e aos alunos da Escola Secundária Anes Bandarra, bem como aos respetivos diretores das escolas e a todos os docentes envolvidos que tornaram possível esta iniciativa, reforçando a ligação entre a juventude e a democracia local. Questionou ainda sobre o ponto de situação relativamente às obras na Muralha do Castelo de Trancoso, com especial foco de preocupação à preservação dos andorinhões negros que lá edificam. ---

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando o Presidente da Câmara se já haviam sido efetuadas as candidaturas relativas às escolas da cidade, nomeadamente à Escola EB 2/3 e à Escola Secundária de Trancoso, classificadas como prioridade P2, bem como à Escola de Vila Franca das Naves, classificada como prioridade P3, existindo possivelmente uma conservação. Questionou ainda sobre a intervenção prevista para a escola básica integrada de Vila Franca das Naves. Relativamente à verba existente, na ordem dos 160.000€ (cento e sessenta mil euros) por ano, para a conservação corrente das três escolas, perguntou se está a ser aplicada ou se a tem mantido noutra rubrica, podendo não ser uma verba muito significativa, mas para a conservação corrente dá muito jeito, permitindo fazer alguns

melhoramentos pontuais com essa verba. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, informou que ia iniciar com uma informação que tinha ficado em trazer, em resposta ao deputado Joaquim Cavaca, referente à última sessão, relativamente às condutas de fibrocimento. Salientou que no Concelho havia 16,09km de condutas em fibrocimento num total de 400,5 Km de condutas. Acrescentou que, de acordo com pareceres a que teve acesso, tanto da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) como da Organização Mundial de Saúde, as referidas condutas não representariam um perigo para a saúde humana. Esclareceu que o fibrocimento, se contiver amianto, e pelos vistos nem todos contêm amianto, constitui sobretudo um perigo se for inalado seco, não resultando num risco para a saúde pública, através da ingestão da água. Além disso, salientou que as condutas mais antigas vão sendo substituídas, e que neste momento apenas restam 16km de 400 km que naturalmente terão alguma prioridade na sua substituição. Em resposta ao deputado Pedro Dias salientou a sensibilidade especial que existe em relação à questão dos incêndios, no seguimento aos acontecimentos do verão passado, realçando o facto do trabalho da proteção civil não acabar nesse campo, porque também atuam em relação ao problema da vespa asiática, que é um problema que tem vindo a aumentar nos últimos anos. Informou que, do início do ano até à data da sessão, apenas tinham sido feitas quatro intervenções na retirada de ninhos, mas que naturalmente esse número iria aumentar com o avançar do ano. Conforme já havia referido anteriormente em particular, e reiterando-o publicamente na sessão, será dada uma especial atenção, no próximo ano, à identificação de medidas que possam ser adotadas de forma antecipada e preventiva, com vista a mitigar este grave problema, que também representa um problema de segurança. Relativamente aos fontanários, não tendo ainda dados sobre o assunto, informou que, juntamente com as juntas de freguesia, que é quem tem essa competência, tentará obter mais informações atualizadas, no sentido de saber quantos existem no Concelho com água para consumo e em quais é que a água não é controlada. Em resposta à deputada Cátia Andrade, confirmou ter sido, a Assembleia Municipal Jovem, um marco e uma atividade de grande qualidade pelas intervenções efetuadas, parabenizando o Presidente da Assembleia Municipal pela realização desse evento. Relativamente à obra da Muralha, informou ter havido um embargo levantado pelo ICNF, no dia 12 de maio 2026, a propósito de uma suposta interferência com a nidificação do andorinhão preto, espécie cuja colónia, com sorte, se encontra em Trancoso. Acrescentou ainda que no dia seguinte, a Câmara enviou um pedido para levantamento desse mesmo embargo, por achar que não estava baseado nos pressupostos que de facto eram efetivos, e também por se tratar de uma obra que pretendia proteger a segurança das pessoas por ter sido identificado um risco de ruína. Comunicou ainda que foi preciso esperar até ao dia 27 de maio para que o ICNF fizesse um pedido de esclarecimento adicional, sendo que no dia 28 de maio foi remetido esse pedido, com tudo muito ilustrado, mapeado e medido. No dia 1 de junho foi reencaminhado para o Diretor Regional do Centro e ter esperado até ao dia 19 de junho, para que fosse enviada a informação de que esse embargo poderia ser levantado mediante adoção de algumas medidas técnicas, motivo pelo qual se perdeu um mês e meio de tempo precioso. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, confirmou que as candidaturas de requalificação das escolas tinham

sido submetidas, a da escola EB2/3 de Trancoso, no dia do *Open Day*, a 28 de maio, e a da Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra na semana seguinte, no dia 2 de junho. Quanto à escola de Vila Franca das Naves, salientou que, incompreensivelmente, está classificada como P3, e que por esse motivo terá mesmo de aguardar. Acrescentou ainda que o executivo iria intervir em alguns aspetos mais urgentes, nomeadamente, no pavilhão gimnodesportivo, com graves problemas de infiltração de água e de iluminação, impedindo que este ano se realizassem nesse local as aulas de educação física durante um período significativo. Realçou uma intervenção no muro na parte exterior que se está a desmoronar causando muito transtorno aos alunos e profissionais, assim como, a aquisição de mobiliário para o primeiro ciclo, mais adequado à ergonomia e ao tamanho das crianças e finalmente à colocação de um espaço de recreio para o primeiro ciclo que também não existe nessa escola. Salientou também haver algum dinheiro que será investido na construção de uma cobertura na EB1 de Trancoso, para que em dias de intempéries as crianças possam chegar às salas de aula mais confortáveis. Referiu também a requalificação da cobertura da sala 2 do jardim de infância, assim como intervenções de requalificação relativamente ao chão da escola da Cogula. Portanto, evidenciou existir um grande investimento na educação, que é uma área que também lhe é muito cara. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Ricardo Veiga, referindo-se à máquina de rastos da Força Especial da Proteção Civil, tendo tomado conhecimento, através do site do Município, a 14 de janeiro 2026, de que teria sido estabelecida uma parceria com a Força Especial para a realização de trabalhos com maquinaria em contexto rural. Nesse seguimento, informou que a junta de freguesia tinha enviado um ofício a solicitar uma intervenção em A-do-Cavalo e que, posteriormente, em abril, enviou outro ofício, solicitando intervenções noutras aldeias, nomeadamente em Casas e Golfar. Nesse sentido, houve algumas conversas com o Município no sentido de avaliar a possibilidade de alargar o âmbito da intervenção. Foram igualmente auscultados os fregueses, tendo sido efetuada uma pré-validação das necessidades com toda a informação reunida e transmitida à Câmara Municipal em junho, manifestando a disponibilidade da junta para participar nas respetivas despesas. Salientou também que lhe foi comunicado que, em 19 de junho, já tinham iniciados os trabalhos, por conseguinte solicitou ao Presidente da Câmara que clarificasse se a máquina iria para Moreira de Rei ou não, sendo que a prioridade, como é sabido, seria para as freguesias onde não tivesse ardido, embora Moreira de Rei também tivesse algumas partes não ardidas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nadine Ambrósio, levantando duas questões relacionadas com os incêndios. Relativamente à primeira, e considerando a proximidade de uma época especial, o verão, referiu ter conhecimento de que a Força Especial da Proteção Civil tinha instalado, desde o início do ano, em Trancoso, uma máquina de rastos destinada não só à formação dos operacionais, mas também, em parceria com o Município, à realização de trabalhos de melhoria das acessibilidades em contexto rural, bem como a ações essencialmente de prevenção e de combate a incêndios no Concelho, nesse sentido, questionou qual o ponto de situação relativamente a este tema. Relativamente à segunda, lembrando a situação dos incêndios ocorridos no ano anterior, perguntou ao Presidente da Câmara se podia fazer também o ponto de

situação sobre o levantamento e avaliação realizados pelos técnicos da Câmara Municipal em coordenação com os técnicos da CCDDR, juntamente com os proprietários, relativamente aos prejuízos que os mesmos tiveram na sequência dos incêndios para que fossem beneficiados de apoios disponibilizados.-----

--- Interveio o membro da assembleia, Ivone Mouco, questionando sobre a utilização da máquina de rastos e salientando a necessidade de a Proteção Civil Municipal em dialogar, verificar e deslocar-se ao terreno para perceber quais são as intervenções que se mostrem necessárias. Tendo em conta que a sua freguesia não tinha ardido perguntou quais os critérios, e se havia ou não critérios, para poder beneficiar da disponibilidade por parte da Proteção Civil Municipal em intervir corretamente na sua freguesia e nas restantes. Informou que sabia o que os presidentes de junta tinham passado no verão passado, tendo sido uma situação aflitiva, e por isso gostaria acima de tudo de ter meios, ter condições e ter diálogo para evitar esta situação na sua freguesia e gostaria de ter noção que existe um serviço funcional. Nesse contexto, voltou a questionar se existia algum tipo de apoio ao kit de primeira intervenção. Salientou também, que a junta cumpriu o seu papel ao adquirir um veículo, apesar do custo elevado, mas que foi feito a pensar na população, no entanto, questionou se era possível contar com o apoio da Câmara Municipal. Por conseguinte, deixou o convite ao Presidente da Câmara Municipal e ao Coordenador Municipal da Proteção Civil para visitarem a freguesia. Destacou ainda a proximidade da época de maior afluência em Trancoso, com feiras semanais que vão encher a cidade de pessoas e, nesse sentido, questionou se existia algum controlo, nomeadamente em relação aos terrádegos e às suas dimensões, à colocação de ferros destinados aos abrigos, bem como se, em caso de emergência, designadamente de um incêndio ou de uma situação de doença súbita, está assegurada, e se foi previamente equacionada a possibilidade de circulação de uma ambulância nesses espaços. Manifestou ainda preocupação quanto à necessidade de uma pessoa em cadeira de rodas poder circular sem obstáculos nos passeios da feira, sem ter de contornar os ferros dos terrádegos. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, salientou que a presença da máquina de rastos no Concelho de Trancoso não é algo que foi dado a todos os municípios, foi devido à capacidade negocial do Município de Trancoso, e que implicou a criação de um plano muito realista em colaboração com a Força Especial de Proteção Civil e com os bombeiros que têm acompanhado as operações. Confessou ser uma ajuda extra, embora dure poucos dias, menos do que se gostaria, porque esteve deslocalizada até à data na zona de Pedrógão, ainda a efetuar trabalhos relacionados com a tempestade *Kristin*. Em resposta aos deputados e aos presidentes de juntas que intervieram sobre esse assunto, informou existir um critério genérico, que é proteger as freguesias que não foram acometidas pelos incêndios de 2025, criando abertura de acessos florestais, que é essa a função de uma máquina de rastos, ou seja, tornar um caminho que não esteja transitável, mais acessível, mais largo e mais limpo, a fim de se poder efetuar o combate a incêndios, não tendo por isso a função de apenas compor caminhos. Por conseguinte, informou que a máquina de rastos já tinha efetuado trabalhos nas freguesias de Vilares e Carnicães, Póvoa do Concelho, parte de Moimentinha, e que na semana seguinte iria para Á-do-Cavalo, que foi a única aldeia de Moreira de Rei que não foi atingida

pelo incêndio. Acrescentou ainda que caso não seja deslocada pelo proprietário para uma situação de emergência, está previsto fazer o melhoramento em 20 km de acessos florestais. Comunicou ainda que, em paralelo, o Município adjudicou 120 km de gestão de faixas de combustível, dos quais 28 km vão ser feitos com meios próprios. Em relação aos Kits de incêndios, salientou que nesse momento não existia apoio, mas que podiam contar com o Presidente da Câmara no que for preciso. Em resposta à deputada, confirmou existir um controlo relativamente às feiras. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, no seguimento às informações e aos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara relativamente às obras de requalificação do espaço dedicado ao serviço de urgência e à necessidade de encontrar uma solução. Salientou que o Grupo Municipal do Partido Socialista ficou apreensivo por algumas informações partilhadas e nesse sentido apresentou a seguinte moção: pela permanência da continuidade do SAC (“urgências”) no Centro de Saúde de Trancoso, e que poderá ser colocada a discussão e a aprovação: “A proteção da saúde constitui um direito fundamental de todos os cidadãos, consagrado no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, incumbindo ao Estado assegurar um Serviço Nacional de Saúde universal, acessível e capaz de garantir uma resposta adequada às necessidades das populações, independentemente do seu local de residência. A proximidade dos cuidados de saúde, em especial dos serviços de atendimento urgente, constitui uma dimensão essencial da efetivação daquele direito fundamental. Neste sentido, importa assegurar que qualquer reorganização temporária dos serviços decorra sem comprometer a resposta assistencial às populações. É certo que as obras de requalificação das unidades de saúde representam um investimento necessário e desejável, contribuindo para melhorar as condições de prestação dos cuidados de saúde, a segurança dos utentes e as condições de trabalho dos profissionais. Todavia, a sua execução deve ser planeada de forma a minimizar o impacto sobre os cidadãos, assegurando, sempre que tecnicamente possível, a continuidade do funcionamento dos serviços essenciais. No caso concreto, o Centro de Saúde serve uma população de cerca de 9.000 habitantes, caracterizada por um acentuado índice de envelhecimento, sendo que mais de 1/3 dos seus residentes têm idade superior a 65 anos. Trata-se, por isso, de uma comunidade particularmente vulnerável, que apresenta maiores necessidades de acesso rápido e regular aos cuidados de saúde. Acresce que o serviço de atendimento urgente alternativo mais próximo se encontra localizado a cerca de 50 quilómetros, correspondendo a um tempo médio de deslocação de aproximadamente 25 minutos em transporte individual, inexistindo, na prática, uma rede de transportes públicos que permita assegurar esse acesso em tempo útil. Para uma parte significativa da população, designadamente idosos que vivem sozinhos ou sem viatura própria, essa alternativa revela-se manifestamente insuficiente. Importa ainda considerar que, em situações de urgência, uma parte significativa dos utentes depende do transporte assegurado pelos corpos de bombeiros voluntários. Porém, a capacidade operacional destes meios é necessariamente limitada e condicionada pela disponibilidade simultânea de viaturas e de operacionais, podendo revelar-se insuficiente em períodos de maior procura ou perante a ocorrência simultânea de diversas situações de emergência, circunstância que agravaria inevitavelmente os tempos de resposta.

Recorde-se que durante o período de Verão realizam-se diversas atividades no Concelho de Trancoso, o que aumenta a probabilidade de pressão sob o serviço de urgência. Nestas circunstâncias, o eventual encerramento ou suspensão temporária do serviço de urgência durante a execução das obras poderá traduzir-se numa diminuição significativa da proteção da saúde da população, aumentando os tempos de acesso aos cuidados urgentes e colocando em especial risco os cidadãos mais idosos, mais frágeis e com maiores dificuldades de mobilidade. Recorda-se também, que as preocupações deste Município quando endereçadas à Direção Executiva do SNS e ao Ministério da Saúde nada mais obtêm do que o absoluto silêncio e falta de resposta por parte da Tutela. A esta realidade, de um Governo que não se interessa pelas preocupações de saúde em Trancoso, não pode acrescer a ausência de colaboração pela ULS-Guarda em aceitar as alternativas propostas pelo Executivo Municipal para um espaço dotado de meios que permitam que o SAC se mantenha durante a realização das obras no interior do Centro de Saúde. Assim, sem colocar em causa a necessidade e a importância da realização das obras de requalificação, entende este órgão municipal que devem ser envidados todos os esforços técnicos, logísticos e organizativos para assegurar a manutenção do serviço de atendimento urgente durante todo o período da empreitada, ainda que através de soluções provisórias, de instalações temporárias ou de modelos organizativos alternativos que garantam a continuidade da resposta assistencial. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Trancoso reunida em sessão ordinária de 26/06/2026 delibera mandar o Presidente da Câmara Municipal de Trancoso para reunir com a ULS-Guarda, no sentido de encontrar uma solução para que seja possível manter o serviço de atendimento complementar, diga-se, serviço de urgência, em espaço alternativo por forma a manter a realização das obras do edifício e mantendo toda a amplitude dos serviços de cuidado de saúde primários.”-

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa pôs a moção à discussão. Não havendo intervenções, foi colocada a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, questionando sobre o ponto de situação da abertura do concurso de vagas para 4 médicos. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, em resposta à deputada Ivone Mouco, informou que no dia em que estava a decorrer a sessão, a máquina de rastos ainda estava a efetuar trabalhos na freguesia da Póvoa do Concelho, mas no limite da União de Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, estando previstos ainda trabalhos na antiga freguesia de Vila Garcia, ou seja na parte de Vila Garcia da União de Freguesias. Em resposta à deputada Nadine Ambrósio, informou que nesse momento já tinham sido efetuadas todas as vistorias pelos técnicos municipais, juntamente com os técnicos da CCDR, e que já tinha sido pago um valor de 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros), ainda não tendo chegado aos 50% do valor validado, que era cerca de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros). Em resposta ao presidente da junta de freguesia do Reboleiro, informou ter havido já a colocação de mais um médico no Concelho de Trancoso, no âmbito desse concurso, tratando-se de um clínico da cidade da Guarda. Nesse sentido, havendo mais dois médicos, o Dr. Barreiros já em função e o médico colocado mais recentemente, salientou estar novamente em condições para questionar a reabertura das extensões do Reboleiro e de Guilheiro, e no seguimento às

respostas, voltarão a ser tomadas novas medidas. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa retomou um dos assuntos que tinha ficado pendente anteriormente, relativamente ao prazo para o envio da documentação para as sessões da Assembleias Municipais. Desse modo esclareceu que, de acordo com o artigo. 53º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Lei diz que, na alínea 1) “A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de: a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias; b) Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias. A lei diz ainda na alínea 2) a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.” -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, lembrando que nos assuntos institucionais existem regras para se cumprir, uma delas são prazos, sob pena de haver sanções. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa retomou outro assunto pendente, apresentado pelo deputado Luís Fernandes, relativamente ao pedido de aditamento de dois pontos na ordem do dia, fazendo referência ao artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso e que plasma o artigo 53º anteriormente referido, e que é o que está aqui em causa, em que diz que é permitido a qualquer membro desta Assembleia requerer o agendamento de um assunto, desde que o mesmo se compreenda na competência deste órgão. Por conseguinte, após leitura do correio eletrónico enviado pelo deputado, informou que a Mesa da Assembleia entendeu que o que tinha sido solicitado pelo deputado não estava compreendido nas competências do órgão deliberativo, como é a Assembleia, neste caso propor programas municipais que são obviamente de ordem executiva, motivo pelo qual foi recusado esse aditamento. Referiu ainda que a decisão da Mesa cabe recurso para o plenário, caso o deputado pretendesse recorrer desta decisão da Mesa, pela não admissão destes pontos na ordem de trabalhos, tendo toda a liberdade para o fazer. -----

--- Interveio o deputado Luís Fernandes fazendo referência ao segundo email enviado à Mesa da Assembleia na qual foi feita a correção no sentido em que se tratava de uma proposta de recomendação. Por conseguinte, salientou caso o Presidente da Mesa mantivesse a sua decisão iria interpor um recurso para que a decisão fosse remetida ao plenário. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa colocou a votação a decisão da Mesa da Assembleia em rejeitar as duas propostas de recomendação, para inclusão na ordem de trabalhos da reunião em questão, sendo elas a criação do Programa Municipal de “Transportar Saúde” e a criação do Programa Municipal “Nascer, Crescer e Regressar a Trancoso “, tendo sido a decisão da Mesa ratificada com vinte e sete votos a favor, um voto contra e doze abstenções. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal referiu que muitos dos assuntos constantes desse ponto já tinham sido debatidos anteriormente, salientando pelo menos, do ponto de vista do urbanismo, a

importância de algumas medidas que estão a ser implementadas, nomeadamente o reforço da iluminação das passadeiras, em particular as que se encontram na Estrada Nacional 226, por ser uma das zonas de maior movimento na cidade, tratando-se de uma medida que terá mais impacto naturalmente quando chegar ao período do outono e do inverno, em que a visibilidade será menor e os dias mais pequenos. Destacou as obras de requalificação do Largo da Igreja de Santa Marinha em Moreira de Rei, praticamente concluídas e que no dia anterior à sessão tinha sido testada a iluminação exterior, lançando um convite aos deputados para em breve poderem visitar essa obra. Realçou também as celebrações do Feriado Municipal por terem sido dignas, com várias componentes: políticas, desportivas, culturais e turísticas. Salientou ainda os serviços municipais que em grande parte da sua atividade é de apoio a eventos de associações, de juntas de freguesia, de grupos de cidadãos, nunca tendo recusado dar este apoio a menos que não tenham meios, contrariamente à maioria dos Municípios. Em relação às taxas de execução, informou que a receita apresenta uma taxa de 41,71%, enquanto a despesa regista uma taxa de 22.95%. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, parabenizando o Município na qualidade das decisões executivas relativamente ao regulamento da ocupação dos espaços públicos e publicidade, nomeadamente pela ação efetuada por parte do Executivo em ter feito cumprir a lei num episódio ocorrido no dia anterior em Trancoso, no entanto, salientou não concordar com a hora, nem o modo em que ocorreu a execução. Entretanto, sugeriu ao Executivo Municipal, que tivesse, de uma vez por todas, a coragem política de alterar, sensibilizar e desenhar um novo regulamento a fim de ser atualizado para todos os concidadãos que têm atividades comerciais, quer fora, quer dentro das muralhas. Fazendo referência ao artigo 33º do regulamento, o deputado realçou os requisitos a ter em conta para as cadeiras, mesas e guarda-sóis das esplanadas, assim como a instalação de ares condicionados e, por conseguinte, questionou o Presidente da Câmara como tencionava solucionar o problema da questão que estava a ser colocada pelo deputado e se as soluções técnicas encontradas ou a encontrar estarão em conformidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, salientando que, apesar de não constar do documento relativo à atividade do Presidente da Câmara, deveria ser mencionada, até por uma questão de divulgação, uma das melhores demonstrações de proatividade e de tentativa de melhoramento do turismo do Concelho, que é o projeto da Rota Gamificada, considerando-o um interessante catalisador para o desenvolvimento turístico de Trancoso. No entanto, sugeriu que, para além do brinde entregue aos participantes após a conclusão do circuito, pudesse também ser oferecido um desconto, a acordar com cada entidade interessada, para consumo em estabelecimentos do Município, independentemente da área de atividade. Esta possibilidade poderia ser alargada a todos os que desejassem associar-se ao projeto, incluindo os feirantes do Mercado Municipal, representando uma potencial oportunidade para valorizar e utilizar a plataforma como marketing, assim como um incentivo económico para o comércio local. Desta forma, o “turista gamificado” teria mais um incentivo para gastar dinheiro no Município, poder conhecer outros produtos e serviços, provar a nossa gastronomia e os nossos produtos locais e não ser apenas ser um passante. Questionou também se estava previsto um sistema de acompanhamento desta aplicação, para se

poder saber, por um lado, o número de utilizadores e, por outro lado, o impacto real desta medida, parecendo-lhe uma boa ideia, mas que precisa de ser trabalhada, publicitada e acompanhada em concordância. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, parabenizando o Presidente da Câmara por colaborar com todas as associações, ato que muitos concelhos não têm feito, no entanto, representa uma despesa de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) ao Município, para apoios às associações. Desse modo, pretendia saber como são decididos esses apoios e qual o retorno desses apoios por parte das associações apoiadas, que poderiam colaborar com o Município nos diversos eventos. Salientou ainda que um orçamento tão significativo não devia permitir que num Concelho tão pequeno as associações se atropelassem umas às outras, concorressem entre elas, organizando eventos ao mesmo tempo. Nesse sentido, afirmou ser necessário assegurar as devidas condições de trabalho, considerando, contudo, essencial uma melhor planificação desse trabalho. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, informando que todo o trabalho executado pelo Município no Concelho, devia ser reconhecido e merecia respeito. No entanto, a função de um deputado numa Assembleia não é apenas reconhecer esse trabalho, mas também deve fiscalizar, perguntar, exigir com clareza e defender todos os munícipes. Nesse sentido, segundo o deputado, a informação do Presidente da Câmara relativamente à atividade municipal e à situação financeira, merece uma análise crítica e um conjunto de perguntas objetivas. Por um lado, comentou ser um documento que apresenta muitas listas, abrangendo estradas, arruamentos, caminhos, limpeza urbana, espaços verdes, apoio a eventos, obras, proteção civil, agenda, porém, faltando sempre o essencial, a informação sobre quando foi feito, quem fez, quanto custou, quando começou, quando acabou, a prioridade, o resultado que produziu e que problemas continuam por resolver. Relativamente às obras, o deuto salientou que o documento junta projetos executados e projetos em execução, não separando claramente o que está terminado, o que está em curso, se ainda está por lançar ou se já está atrasado, sem informar também a percentagem de execução de financiamento. Por isso, segundo o deputado, a Assembleia Municipal fica sem condições para avaliar esta gestão municipal. Perguntou ainda ao Presidente do Município, quais eram as vias municipais que continuam identificadas como degradadas ou prioritárias e qual o seu calendário previsto na sua reparação. Em relação aos resíduos, recolha seletiva e limpeza pública, questionou também sobre a taxa de reciclagem do Concelho e sobre a evolução face ao período homólogo, querendo também saber se existe algum plano para reforçar ou substituir alguns contentores e ecopontos nas freguesias, visto que alguns já se encontram danificados. Interrogou ainda sobre as obras que estão em contratação pública, se algumas delas já apresentam algum atraso face ao previsto e quais são as razões desse atraso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Rico, juntando-se às intervenções dos presidentes de junta relativamente à utilização da máquina de rastos, salientou que, como é sabido, a União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior é a que tem a maior área do Concelho, com 58km², tendo sido a mais atingida pelo incêndio de agosto 2025, por conseguinte, questionou se a junta estava contemplada com alguma intervenção deste âmbito, não querendo passar pelo mesmo flagelo este ano. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, felicitando a Câmara Municipal pelo excelente programa deste ano para o Feriado Municipal de 29 de maio, destacando dois aspetos. Por um lado, a realização do primeiro *Trail* da Batalha, aproveitando para agradecer publicamente e deixar um voto de encorajamento ao Diogo Simal, que apadrinhou o evento de forma excelente. Salientou ainda a elevada participação assim como a grande satisfação por parte das pessoas, o que permite acrescentar valor ao Concelho, levando Trancoso para a frente. Fez igualmente referência à realização do Campeonato Nacional de Karaté Shukokai que também decorreu em Trancoso. Por outro lado, parabenizou o Presidente do Município pela realização da Assembleia Municipal Jovem, composta por duas partes, a primeira, o período antes da ordem do dia com intervenções de boa qualidade e muito semelhantes às que são feitas nas sessões da Assembleia Municipal, e a segunda, com apresentação de moções. Por conseguinte, concordando com o Presidente da Câmara que referiu que só não acredita numa geração jovem quem não a conhece, perguntou quanto tempo mais deveria esperar-se pelo Concelho Municipal da Juventude. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionando, passado dois meses, relativamente à execução financeira e cronograma da obra do Palácio Ducal, assim como em relação à requalificação das Muralhas de Trancoso e à requalificação do largo do mercado de Vila Franca das Naves. Destacou uma verba existente de 160.000,00€ (cento e sessenta mil euros) destinada exclusivamente às escolas básicas do segundo, terceiro ciclo e secundário, podendo a mesma ser aplicada também ao primeiro ciclo, apenas se tiverem numa situação básica integrada, alertando, no entanto, não ser possível mexer nessas verbas individualmente, só para uma escola primária. Quanto à execução financeira da receita, informou que a mesma se encontrava equilibrada. No entanto, a taxa de execução da despesa, sendo fundamental para o desenvolvimento do Concelho, considerou que a mesma deixava muito a desejar. Nesse sentido, solicitou que fosse feito mais em prol do desenvolvimento da sustentabilidade do Concelho de Trancoso, defendendo a existência de projetos em carteira que permitam ao Município estar preparado para aproveitar futuras aberturas de candidaturas, quer na área da habitação, quer noutras áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Concelho. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao deputado Joaquim Cavaca, confessou existir a carência de atualização em alguns regulamentos, e este em questão especificamente. Salientou que, por ser um trabalho extremamente moroso, no início do mandato tentou-se identificar os regulamentos que seriam mais urgentes, tendo-se começado a trabalhar neles, autonomamente, para que pudessem ser finalizados e submetidos à aprovação. De outra forma, chegar-se-ia ao final do mandato a trabalhar em todos os regulamentos, sem chegar ao fim em nenhum deles. Nesse sentido, dois desses regulamentos, que foram considerados prioritários, já poderiam ser analisados, discutidos e votados nesta sessão. Reforçou o facto do Centro Histórico ser o maior ativo do Concelho, querendo manter o objetivo em prosseguir com um Centro Histórico vivo, por continuar a viver e ter atividade, nesse lugar, muitos Trancosenses, e com a necessidade desse equilíbrio, salientou ser fundamental manter o zelo. Relativamente ao ocorrido, realçou o facto de não ter intervenção nos horários dos serviços, mas estando

perante um fim de semana com muito trabalho para os serviços municipais, informou que o trabalho tinha sido planificado da melhor forma possível. Confessou haver a necessidade de pensar nos ares condicionados para evitar que se torne também um problema. Consequentemente, confirmou tratar-se de um regulamento que precisa de ser redesenhado pela Câmara Municipal. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, salientou que a rota gamificada representa uma iniciativa pioneira por parte de Trancoso, uma vez que, até ao momento, este conceito apenas existia na região da Catalunha em Espanha, e que permite criar uma nova relação de interação, entre o visitante e o monumento, muito diferenciadora, no entanto, concordou com o deputado, quanto à importância de promover e divulgar esta iniciativa. Nesse sentido, e de acordo com a sugestão do Vereador João Rafael Figueiredo, informou que será colocado um outdoor mais visível perto do início da rota para que os turistas possam saber que ela existe, poder ir ao tótem para ler a informação e ativar o *QR Code*. Quanto à estratégia de colocar brindes que tenham impacto depois no consumo, informou que já estava prevista, tendo já havido contactos com restaurantes ou proprietários de unidades de alojamento local, no sentido de saber se estariam disponíveis e interessados em participar nesta iniciativa, o que permitiria investimento turístico no Concelho. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, ressaltou que Trancoso podia orgulhar-se das suas associações, fazendo por vezes o que o poder público não pode fazer e que o poder privado não quer fazer, por não ser lucrativo, portanto, salientou merecerem desse apoio e essa coordenação por parte do Município. Concordou, no entanto, que deveria ser criado um regulamento e que deveria haver a maior articulação possível entre as associações para evitar sobreposição de eventos, a fim de haver mais oferta e poder haver participação no máximo de atividades possíveis. Em resposta ao deputado Pedro Dias, informou que a lista em questão representa um resumo que visa dar conta das principais atividades que estão a decorrer da agenda do Presidente da Câmara, podendo sempre ser solicitado informações mais específicas sobre algum projeto em que haja dúvidas. Relativamente às vias prioritárias, informou que algumas já tinham sido identificadas, por exemplo a parte do troço da Estrada Nacional 226 entre o cruzamento do Periscópio, a rotunda dos Bombeiros Voluntários de Trancoso e o Pingo Doce, tratando-se de uma área muito deteriorada, e que na próxima proposta de revisão orçamental já será contemplada essa intervenção. Confessou, no entanto, existir outras, mas que não será possível intervir em todas ao mesmo tempo, não havendo meios nem capacidade para isso, o que implica a necessidade de atuar por prioridades. Confirmou ainda a existência das taxas de reciclagem, podendo trazê-las na próxima reunião para análise. Informou também sobre a existência de um plano para a substituição de contentores, e que deverá ser implementado, através de um concurso, estando em fase de adjudicação, previsto entrar em vigor no próximo triénio e que contempla a substituição de contentores de melhor qualidade, mais modernos e mais bonitos em toda a cidade de Trancoso. No entanto, apesar de ter havido já algumas substituições, solicitou que, sempre que sejam identificados ecopontos danificados nas aldeias, essa informação seja comunicada ao Município e às respetivas juntas de freguesia, de forma a permitir o devido seguimento. Relativamente aos atrasos nas obras, informou existir três fatores chave que contribuem para essa situação, nomeadamente a falta de mão de obra, o atraso na chegada dos materiais, como está a

acontecer com a espera da chegada da madeira para ser colocada na torre de menagem, e finalmente a existência de embargos, como é o caso da obra nas Muralhas. Em resposta ao deputado Paulo Rico, informou que nesta fase inicial, a máquina de rastos foi concedida apenas por dez dias úteis, o que é muito limitado. Nesses dez dias, juntamente com os bombeiros, foi feita a planificação de acordo com o critério geral de tentar proteger as áreas do Concelho que não tinham ardido, consequentemente, tentar perceber a real necessidade do trabalho da máquina dentro dessas áreas, não tendo como objetivo de compor caminhos, mas sim desimpedir para que possam circular os meios ao combate no caso de ser necessário, ou até mesmo abrir novas vias para que locais que eram inacessíveis passem a ser acessíveis. Por isso, informou que nesses dez dias não estava contemplada a União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior. No entanto, mediante o que for decidido pelo proprietário da máquina e se ainda houver disponibilidade, poderão ser analisados alguns pontos críticos onde poderá haver mais alguma intervenção. Em resposta ao deputado António Nascimento, salientou o facto de as comemorações do Feriado Municipal terem sido dignas, com orgulho e que estimularam a identidade dos Trancosenses. Quanto ao *Trail* confessou ter sido um evento de grande qualidade, realçando a importância do apadrinhamento do Diogo Simal, que é uma figura de dimensão nacional no *Trail*. Realçou também a exímia organização do Município em articulação principalmente com a secção de *Trail* do Grupo Desportivo de Trancoso, assim como a cooperação de muitas outras associações, como a “EU, Tu e a Montanha” e os “Cavaleiros e Damas D’el Rei”, entre outros. Destacou ainda a realização do Campeonato Nacional de Karaté, por parte do Núcleo de karaté de Shukokai das Beiras no fim de semana seguinte, em Trancoso, tendo sido um grande sucesso com algum impacto na nossa economia local. Em relação à Assembleia Municipal Jovem considerou ter sido uma iniciativa de grande valia, pensando não esperar muito mais tempo para convocar o Concelho Municipal da Juventude, que se revela necessário e que terá um papel diferente da Assembleia Municipal Jovem. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, informou que, relativamente à obra do Palácio Ducal, o prazo tinha sido prorrogado para 2029, estando por isso a ser cumpridos os prazos e os novos cronogramas. Em relação ao largo do mercado de Vila Franca das Naves, informou que a obra estava a decorrer de acordo com o calendarizado, a bom ritmo e sem atrasos. Quanto às taxas de execução, destacou uma taxa da receita razoável, no entanto, confessou uma taxa da despesa não satisfatória à data, mas que deverá melhorar, ao serem contempladas nesse momento obras com um impacto grande na execução, como são as obras do armazém 4 dos serviços municipais, a execução da estrada das Torres, ainda na sequência das intempéries, as obras das escolas, assim como as do polidesportivo do parque, por serem todas elas obras de valor significativo. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, salientou que se tratava de uma revisão no valor de 229.200,00€ (duzentos e vinte e nove mil e duzentos euros) devido a abertura de novas rubricas que não estavam contempladas no orçamento inicial e que se considerou necessário e prioritário, assim como a necessidade de ajustamento de outras rubricas por estarem no lugar errado, relativamente ao que se

pretende fazer. Destacou a construção de sete marcos de incêndio, que permitirão abastecer, rapidamente, um carro de bombeiros por terem um diâmetro de conduta muito mais significativo do que as bocas de incêndio. Informou estar prevista a implementação de dois marcos de incêndio no Centro Histórico, um junto às antigas portas de São João e o outro junto ao Palácio Ducal, existindo já um na Praça do Município. Acrescentou que juntamente com os bombeiros, concluiu-se que com estes três marcos de incêndio, todo o centro amuralhado ficará coberto, em caso de necessidade, uma vez que é calculado um raio de cem metros à volta dos quais os bombeiros conseguem retirar a água. Além disso, salientou que estão previstos mais cinco para as zonas rurais, onde não existem, e onde pode haver alguma dificuldade e necessidade em abastecer os veículos de combate aos incêndios, nomeadamente, um no cruzamento dos Esporões, outro na freguesia de Moreira de Rei, outro em Vale do Seixo, outro no cruzamento de Vale de Mouro, um em Rio de Mel e outro no cruzamento dos Cótimos, tendo sido os pontos identificados como possivelmente críticos para acesso à água. Salientou haver outros pontos que também foram considerados críticos, mas a conduta que passa nesses pontos não é suficiente para abastecer, o que representaria um investimento irrelevante. Nesta revisão, destacou a rubrica para a aquisição de imóveis, no sentido de os requalificar e poder integrar a estratégia municipal de habitação no âmbito das ITI'S, que são as grandes prioridades definidas no âmbito da Comunidade Intermunicipal para a aplicação dos fundos europeus, que foram recentemente renegociadas e ajustadas àquilo que são as prioridades do governo e das regiões. Sendo a prioridade a habitação, informou ter havido a abertura para haver uma linha de financiamento de 800.000,00€ (oito centos mil euros) na habitação, apesar de não representar muito na habitação, permitirá, no entanto, fazer alguma intervenção. Ressaltou ainda que sendo o Centro Histórico a prioridade, houve necessidade de criar uma rubrica para que se possa estar atento às oportunidades de negócio que possam aparecer para o mesmo, a fim de poder adquirir imóveis, intervencionar e fazer projetos de habitação social ou a custos acessíveis, conforme previsto no ITI'S. Identificou outros projetos de ITI'S como os de eficiência energética para as antigas escolas primárias de Trancoso e para as piscinas municipais de Trancoso. Esclareceu que esta rubrica foi aberta com o objetivo de permitir a elaboração de projetos, mantendo-os em carteira, de modo a que, assim que sejam abertas linhas de financiamento, o Município possa avançar rapidamente. Destacou uma outra rubrica destinada à requalificação da iluminação do Estádio Municipal Dr. Fernando Lopes, tendo em conta a participação de uma equipa do clube, no Campeonato Nacional, o que implica o cumprimento de algumas exigências, entre as quais a iluminação, por não ser suficiente a que existe atualmente, prevendo-se com esta intervenção, uma melhoria significativa da iluminação no estádio, tornando-a mais forte e mais eficiente, do ponto de vista energético. Evidenciou ainda mais outra rubrica destinada à repavimentação da parte da Estrada Nacional 226, entre o cruzamento da rua do Castelo de Vide, a rotunda dos bombeiros e o pingo doce, que é uma zona muito movimentada, que se vai deteriorando e já com algumas debilidades também do ponto de vista do escoamento da água, necessitando de uma intervenção mais urgente. Finalmente, salientou ainda um pequeno projeto destinado à aquisição de um mobiliário urbano que será colocado na barbacã (passeio que passa por detrás do castelo virado para a nascente) para permitir que

essa zona do castelo possa ser mais usufruída. Esclareceu tratar-se de um pequeno projeto de turismo literário, com a colocação de uns bancos de exterior onde constarão citações de Trancoso nos principais livros da literatura portuguesa e que permitirá também criar, nesse local, um fluxo de visitantes nessa zona das muralhas que raramente é visitada. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, demonstrando o seu agrado pelo facto de o Presidente do Município se mostrar sensível e interessado em relação ao tema da reabilitação do Centro Histórico, nomeadamente no que respeita à aquisição de imóveis com vista à sua requalificação. No entanto, questionou qual a quantidade de imóveis que se prevê adquirir. Informou que a coligação, já no mandato anterior, tinha feito esse desafio, sabendo que um projeto desses não se podia fazer em um ano nem dois, pois exige no mínimo um período quinquenal, mesmo a um bom ritmo independentemente da situação do mercado, que também não está fácil assim como o do mercado da construção civil. Relativamente à escola básica perguntou quais as artes que funcionarão nesse espaço e se está enquadrado numa atuação de um projeto global final. Questionou também se iriam ser instalados painéis solares nas piscinas municipais para que o aquecimento central para a água quente possa ser substituído, em vigor até agora. Em relação aos marcos de incêndio, rubrica pela qual felicita o Presidente da Câmara, e que com agrado vê uma verba de 30.000,00€ (trinta mil euros), perguntou se já tinha sido feito ou se iria realizar-se simulacros na zona histórica da cidade, alertando da existência de alguns edifícios com paredes com alguma perigosidade, nomeadamente, na rua das hortências e na rua dos cavaleiros, podendo provocar vítimas. Realçou a situação da placa já colocada no Solar, sugerindo a adoção de medidas, que permitem intervir em situações idênticas, nomeadamente através da auscultação dos proprietários, e em último caso, que se possa tomar posse administrativa dos edifícios, de modo a evitar que Trancoso transforme o seu Centro Histórico em ruínas. Defendeu ainda que, à medida que o Município for adquirindo imóveis, sejam sempre apresentados projetos, elaborados atempadamente, permitindo uma intervenção mais célere, com o objetivo de transformar Trancoso num centro histórico cada vez mais atrativo, contribuindo para o enriquecimento de toda a comunidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, relativamente à afirmação do Presidente do Município de que uma das razões que levou a haver essa alteração tanto nas Opções do Plano, como no Mapa de Receitas e Despesas, prendia-se com a necessidade de acomodar e prever despesas no âmbito da habitação, relacionadas com a integração de Trancoso no programa das Aldeias Históricas. Apesar desse programa ter recebido recentemente um subsídio de um valor de 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros) para as políticas da mobilidade e da inclusão, questionou, se achava que ia ser benéfico para Trancoso e em que medida. Salientou ainda a necessidade da existência de projetos em carteira por parte do Município, de modo a estar preparado para apresentar assim que haja eventuais candidaturas relativamente a esses fundos e, assim, poder assegurar a aplicação desses fundos na concretização dos respetivos projetos. Relembrando ainda o tema do aumento do cemitério de Trancoso, debatido na Assembleia Municipal de 2021, cuja situação até agora permanece a mesma, perguntou se existe alguma

previsão em investir no acréscimo do cemitério, se sim, em que medidas o quer fazer e se tem programas nesse sentido. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, recordando a sessão de dezembro de 2025, na qual o Presidente do Município justificou a atribuição inédita de 20% a rubricas não definidas, como uma forma de agilizar despesa e investimento, bem como, evitar a necessidade de efetuar várias revisões ao orçamento. No entanto, chamou a atenção para o facto de estar perante uma terceira revisão, em apenas três sessões de Assembleia Municipal, salientando ainda uma taxa de execução da despesa de 23% no final do primeiro semestre do ano. Recordou, por conseguinte, que, desde o primeiro momento, se apresentou nesta Assembleia com toda a humildade e com o único propósito de dar o seu contributo para tornar Trancoso num Município cada vez melhor e tornar a vida dos Trancosenses mais digna e com futuro. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, apresentando uma sugestão no âmbito da gestão e da rentabilização da nossa atividade cultural, propondo a transferência da Academia de Música de Trancoso para o Convento de São Francisco, conhecido também por Convento dos Frades, por considerá-lo um espaço nobre. Apesar de algumas obras necessárias, talvez até com pouco investimento, salientou tratar-se de um espaço com uma excelente acústica, talvez a melhor acústica a nível de auditórios do nosso Concelho. Destacou também a igreja adjacente ao auditório, no piso superior, que poderia ser redividida com salas preparadas, acusticamente e devidamente para o estudo da música e para os seus equipamentos, o jardim interior lindíssimo, e as instalações sanitárias, por conseguinte, poderia albergar de forma digna e definitiva, esses alunos que têm feito um grande caminho de mérito. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao deputado Pedro Dias, informou que, os dados do ano passado apresentaram um valor de cerca de 90,2% para resíduos indiferenciados e cerca de 9,8% para resíduos reciclados. Salientou que estes dados demonstram que ainda existe um caminho a percorrer, destacando que os resíduos indiferenciados do nosso Concelho representaram um custo de cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros) para a sua recolha, transporte e tratamento, em contrapartida, referiu que os resíduos depositados nos ecopontos não representam qualquer custo para o Município. Por conseguinte, apelou para o aumento da quantidade de resíduos recicláveis, a fim de se poupar muito dinheiro. Salientou ainda que o Município já está a pensar em algumas medidas que vão ao encontro desta necessidade, com o início da recolha de bio resíduos, que não são misturados com o lixo indiferenciado, e que podem ser tratados de outra forma, retirando um peso aos tais resíduos colocados nos contentores e que são pagos por todos os munícipes. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, salientou a existência de uma rubrica, com um valor reduzido, destinada à aquisição de imóveis, que poderá ser dotada, caso seja necessário. Informou, no entanto, não haver para já nada em concreto, embora tenha já alguns imóveis em vista, tendo já efetuado alguns contactos, podendo vir a concretizar-se para alguns deles. Em relação à Escola Básica, salientou que, por enquanto, os ITI's apenas permitem margem de intervenção ao nível da eficiência energética. Ainda assim, destacou tratar-se de projetos de alguma envergadura, incluindo obras de telhados, coberturas, aplicação de capoto, substituição de janelas e portas, permitindo

mesmo assim uma intervenção bastante significativa. Quantos às piscinas, confessou não ter resposta no momento, mas tentará informar-se para que na próxima sessão possa transmitir a informação. Relativamente aos marcos de incêndio e aos simulacros, informou que o documento está atualmente em fase de revisão final por parte do Município, após a empresa, que estava incumbida de fazer o plano municipal da Proteção Civil, ter remetido, recentemente, ao Município. Confirmou que o plano contempla a realização de exercícios no Centro Histórico, considerados bastante necessários. Salientou ainda que a Proteção Civil já identificou alguns imóveis no Centro Histórico, tendo sido já notificados alguns dos respetivos proprietários. No caso específico do “Solar dos Garcês”, informou não ter sido possível, depois de um longo processo, chegar aos proprietários, por conseguinte, após a colocação do edital o Município tomou posse administrativa, tendo sido já lavrado o auto, cuja primeira intervenção prevista é, precisamente, anular o perigo que foi detetado pela Proteção Civil. Em resposta ao deputado João Caramelo, informou que a questão da habitação tem a ver com os ITI’S, estando as prioridades definidas em articulação com a CIM, posteriormente no âmbito da CCDR, e depois, a nível nacional, perante Bruxelas. Por conseguinte, informou que o Município está a acomodar alguma verba que foi disponibilizada para esse tipo de projetos, para depois poder adquirir de forma a executar esses projetos. Quanto à questão da mobilidade das Aldeias Históricas, informou que os 2.900.000,00€ (dois milhões e novecentos mil euros) são distribuídos pelas doze aldeias contempladas, o que dá um valor de cerca de 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros), não sendo um valor muito significativo, e que nesta fase, ainda não está definida a forma de distribuição da verba, se é para todas iguais, ou se serão aplicados alguns critérios. Sendo assim, não é ainda possível ter noção da dimensão do investimento. No entanto, salientou que já está contemplado um projeto para a instalação de bicicletas elétricas, que permitirá a visita às Aldeias Históricas, bem como a elaboração de documentos de planeamento de estacionamento, assunto já abordado pelo deputado António Nascimento no início da sessão. Referiu ainda que o programa deverá contemplar a promoção de formas de mobilidade não poluente, seja ela pedonal ou ciclável, assim como a criação de abrigos climáticos, conhecidos como zonas de refúgio dentro das cidades, para que em caso de fenómenos extremos, nomeadamente o calor por exemplo, as pessoas possam abrigar-se. Relativamente ao cemitério, informou que será realizado o levantamento topográfico de um terreno situado a norte do cemitério, tratando-se de uma parcela indivisa, que pertence a três comproprietários, com os quais já se encontra em negociação a aquisição do terreno, para precisamente se poder expandir o cemitério. No entanto, salientou que sempre que haja mais do que um proprietário torna o processo mais complexo, uma vez que nem sempre existe concordância entre todos. Ainda assim, referiu existir outros meios que poderão ser usados, em caso dessa negociação não chegar a bom porto. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, informou que as revisões são operações técnicas feitas para se poder responder mais rapidamente e mais efetivamente àquilo que são as necessidades que a realidade nos impõe, e quanto às alterações orçamentais avisou que, normalmente, costumam ser ainda mais frequentes. Em resposta ao deputado Joaquim Cavaca, informou acolher a sugestão em relação à Academia de Música, a fim de poder pensar nela, salientando que, apesar de necessitar de algumas obras de requalificação, o

convento de São Francisco poderia ser um espaço adequado para o funcionamento da mesma. -----

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município esclareceu que, para quem está nesta Assembleia pela primeira vez, a empresa TEGEC era a Trancoso Eventos, constituída em 2001, e que está neste momento em processo de dissolução e de liquidação desde 2025. Salientou que os bens imóveis já tinham passado para a esfera do Município, assim como alguns ativos financeiros, por conseguinte, nesse momento faltava apenas passar para a esfera do Município os bens móveis, como mesas ou cadeiras, representando um valor muito residual, e que ainda se encontram na sede da empresa. Informou que a partir desse momento, poderia ser feito o registo de liquidação na conservatória do registo comercial e encerrar definitivamente a empresa na autoridade tributária. Acrescentou ainda que o ativo e o passivo tinham passado para o domínio do Município, não gerando receitas, mas sim algumas despesas durante o ano 2025, nomeadamente a nível da contabilidade e da revisão de contas, tendo ainda existido uma questão relacionada com o IVA que necessitou da contratação dos serviços de um advogado, o Dr. Luís Rodrigues de Coimbra, em que o grosso da despesa tinha sido destinado para o pagamento à liquidatária, Dr^a. Rita Gomes. Em linhas gerais, informou que a empresa apresentava um resultado líquido negativo de 24.372,98€ (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e dois euros e noventa e oito cêntimos). -----

--- Não havendo inscrições para este ponto e tendo sido apenas para apreciação, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município esclareceu que o Grupo Municipal era constituído por um lado pelo Município, sendo a entidade mãe, e por outro lado, por todas as empresas e entidades nas quais o Município tem participação. Salientou que, neste caso, o que relevava para as contas, eram as contas da TEGEC, que tinham acabado de ser apreciadas no ponto anterior, assim como as da empresa Feiras e Mercados de Trancoso (FMT), que é uma empresa também em liquidação e que pertence tanto ao Município (com 88%), como à Cooperativa Agrícola Bandarra (com 6%) e à Aenebeira (com 6%), e que não tem atividade há muitos anos. Ainda acrescentou a empresa PACETEG, que é outra sociedade em questão, cujo património já tinha sido internalizado no Município, tendo sido já incorporados os seus ativos e passivos nas contas da entidade mãe. Salientou existir ainda outras entidades como a Encanta, a Resiestrela, onde a Câmara tem participação, mas tecnicamente estão excluídas do que chamam de perímetro de consolidação. Relativamente ao valor do ativo total do Grupo Municipal informou que representava 57.621.382,67 € (cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos), e o passivo consolidado representava 17.347.669,72€ (dezassete milhões, trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove euros e setenta e dois cêntimos). Realçou ainda que o Grupo Municipal tinha tido como rendimentos, o ano corrente, cerca de 16.985.662,43€ (dezasseis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e três cêntimos) e como

gastos 17.295.699,46€ (dezassete milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e nove euros e quarenta e seis cêntimos), daí um resultado líquido do período negativo em 310.037,03€ (trezentos e dez mil, trinta e sete euros e três cêntimos), sendo que era quase em exclusivo o resultado líquido das contas do Município que já tinham sido aprovadas na Assembleia anterior. Por conseguinte, concluiu que o relatório de gestão demonstrava uma autonomia financeira do grupo elevada, o que evidencia uma estrutura financeira equilibrada e uma reduzida dependência de financiamento externo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, realçando a abertura a sugestões que o Presidente do Município tem vindo a demonstrar, relativamente à recuperação do património degradado no Centro Histórico de Trancoso. No entanto, alertou sobre a existência de uma verba ainda liberta, num montante de cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), já descontados os depósitos de garantias e cauções, que, no seu entender, escusavam de ficar em caixa. Reiterou, a este propósito, uma preocupação já manifestada várias vezes, sublinhando que nos organismos dos Estados, as verbas não transitam de um ano para o ano económico seguinte. Por conseguinte, lamentou, que esse valor não tivesse sido vocacionado e destinado à melhoria das condições de vida, do Centro Histórico, nas áreas em que se revelasse mais conveniente, evitando, neste caso, a manutenção de uma verba tão significativa cativada, tendo já sido uma proposta sugerida pelo grupo PSD/CDS. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município agradeceu a sugestão apresentada pelo deputado, esclarecendo que, muitas vezes, a existência de dinheiro, nem sempre significa que seja possível executar de imediato. Salientou a existência de diversos condicionalismos, nomeadamente de natureza burocrática, relacionado com projetos, ou com a entrega de materiais e ainda com a disponibilidade de mão de obra. Sublinhou, por isso, que o mais importante é assegurar que, quando se gastou o dinheiro, o mesmo tenha sido bem utilizado, em função de prioridades previamente definidas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando uma declaração de apreciação, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, quanto aos resultados do exercício económico de 2025. Nesse sentido, em primeiro lugar, realçou a conformidade legal e contabilística atestada pelo revisor oficial de contas, entre os quais, o balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, os mapas de execução orçamental e as notas anexas, que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas contabilísticas públicas aplicadas, nomeadamente a norma contabilística pública nº 22, relativa às demonstrações financeiras consolidadas e a norma nº 26 relativa à contabilidade e relato orçamental, bem como, o disposto na Lei 73/2013, dando assim um conhecimento da situação económica e financeira do Município à Assembleia Municipal. Em segundo lugar, reiterou o facto de que, se por um lado, em termos patrimoniais, o total do ativo teve um crescimento de cerca de 164.353,58€ (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos) face ao exercício anterior, por outro lado, o confronto entre o total de rendimentos de cerca de 16.985.662,43€ (dezasseis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e três cêntimos) e o total de gastos de cerca de 17.295.699,46€ (dezassete milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e nove euros e

quarenta e seis cêntimos), resultou num resultado líquido com saldo negativo de cerca de 310.000€ (trezentos e dez mil euros). No entanto, realçou que as demonstrações financeiras consolidadas refletiam quase exclusivamente a atividade desenvolvida pelo Município de Trancoso, encontrando-se as restantes entidades do perímetro de consolidação, a TEGEC, a FMT, entre outras, em fase de liquidação, ou seja, sem atividade operacional significativa. Concluiu, desse modo, que o resultado negativo decorreu em larga medida de operações de regularização contabilística e patrimonial associadas a esses processos de liquidação, bem como do reforço de previsões e deferimentos e de gastos de depreciações e amortização do período. Contudo, salientou ainda que, além do resultado real acima referido, a análise dos documentos também evidencia um conjunto de fatores muito positivos. Em primeiro lugar, fez referência à solidez patrimonial e ao crescimento do total do ativo de 164.353,58€ (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos) face a 2024, mantendo o Grupo Municipal numa estrutura patrimonial robusta assente nos seus próprios ativos. Em segundo lugar, salientou o reforço do investimento municipal, sendo que os ativos fixos tangíveis aumentaram de 44.011.513,16€ (quarenta e quatro milhões, onze mil, quinhentos e treze euros e dezasseis cêntimos) para 49.960.124,90€ (quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta mil, cento e vinte e quatro euros e noventa cêntimos), o que evidencia o reforço do investimento e do património afeto à prossecução das atribuições públicas do Município. Acrescentou ainda se poder verificar uma autonomia financeira elevada, visto que o património líquido representa cerca de 69,9% do ativo total, o que traduz uma estrutura financeira equilibrada e uma reduzida dependência de financiamento externo. Defendeu existir uma liquidez confortável, com umas disponibilidades de caixa e depósitos ascenderem a cerca de 4 milhões de euros, no final do exercício, assegurando uma segurança e capacidade de resposta perante as responsabilidades correntes e eventuais situações de emergência. Realçou a redução do passivo corrente, esclarecendo que o aumento do passivo total decorreu, sobretudo do reforço de previsões e diferimentos, tendo sido parcialmente compensado pela redução do passivo corrente, realçando também a conclusão dos processos de liquidação, tendo o Município prosseguido com o processo de extinção da PACETEG, encontrando-se já integralmente internalizado na esfera do Município, o respetivo património, como ativos, passivos, direitos e obrigações, o que contribui para a simplificação e transparência da estrutura do grupo que antes ficava a desejar. Destacou ainda o desfecho favorável de algum contencioso fiscal, registando-se reembolsos de IVA, em 2025. Neste sentido, apesar de se verificar ainda um pequeno saldo líquido negativo no exercício, que em boa parte é explicado por fatores de natureza contabilística pelos processos de liquidação em curso, reiterou a estabilidade patrimonial e financeira global do Grupo Municipal que se mantém e que está em conformidade legal ao ser atestada pelo revisor oficial de contas, e por esse motivo o Partido Socialista faz uma apreciação favorável destes resultados. -----

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, o Presidente da Mesa informou que se iria passar **ao ponto cinco** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou ter determinado, por despacho do dia 8 de junho 2026, que fosse adjudicada esta prestação de serviços no âmbito do ajuste direto à entidade Marques De

Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., com sede na Guarda, pelo preço de 18.000€ (dezoito mil euros) para os exercícios económicos de 2026 e 2027. Salientou tratar-se de uma sociedade que já trabalha com o Município há décadas e que tem prestado um bom serviço, um serviço de confiança, pelo que espera manter esta relação e cuja adjudicação em questão já foi aprovada em reunião de Câmara no dia 22 de junho 2026, no entanto, está condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal, motivo pelo qual a respetiva proposta está a ser submetida à apreciação deste órgão.-----

--- Não havendo inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar **ao ponto seis** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município explicou tratar-se de uma aspiração muito antiga dos nossos feirantes, uma reivindicação que se fazia chegar ao Executivo há muitos anos. Salientou o trabalho em tempo recorde dos técnicos do Município, nomeadamente do gabinete jurídico, desempenhado pelo Dr. Coelho e o Dr. Valter, que trabalharam muito afincadamente, para que fosse possível chegar à Assembleia Municipal, tendo passado por muitos patamares por causa da questão dos regulamentos. Ressaltou que esta revisão tinha como objetivo o ajustamento do regulamento àquilo que é o fenómeno da feira atualmente, que é muito mais que um fenómeno comercial, necessitando de algumas medidas que estimulem este fenómeno, e que é tao característico do Concelho de Trancoso. Destacou também a importância em contribuir para a sua salvaguarda, tal como definido aquando da aprovação das Feiras de Trancoso como património material de interesse Municipal, uma vez que as feiras têm pela frente grandes desafios que são colocados por uma concorrência que nunca tiveram em tempos históricos, primeiro pelas grandes superfícies comerciais já de décadas, e há pouco tempo pelo comércio online que vem trazer novos desafios a este tipo de operadores económicos. Informou, ainda, que se tratava de um regulamento extenso, cuja versão preliminar, após ter sido aprovado em reunião de Câmara, esteve em consulta pública, durante trinta dias, do dia 20 de maio até ao dia 22 de junho, tendo sido posteriormente aprovada a versão final. Ressaltou, do regulamento, três elementos mais significativos, por um lado, a redução de taxas, que permite que os feirantes possam ter uma margem de lucro que estimule a sua atividade, por outro lado, a introdução de um fator sazonal, ou seja uma redução que pode rondar entre os 25% e os 40 %, significando que existe um preço para a feira de Trancoso entre abril e setembro, e outro preço entre outubro e março, por ter um impacto diferente entre esses dois períodos, sendo essa redução mais significativa no período de inverno e por conseguinte, menos significativa no período do verão, por haver um maior volume de negócios. Para além dessas duas medidas, foi decidido também, por unanimidade na Câmara, introduzir ainda um fator de diferenciação para os feirantes residentes no Concelho de Trancoso, mediante requerimento, podendo os mesmos solicitar uma redução adicional de 10 % relativamente às taxas que estão nesse regulamento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, referindo-se ao espaço que está do lado poente do edifício onde se realizam as sessões da Assembleia Municipal que vai servindo de estacionamento de muitos carros, em muitos dias, mas alertou para um “estacionamento selvagem”, não havendo uma regra para o

estacionamento, sugerindo ao Município zelar por isso em termos de marcação no sentido de haver uma ordem de estacionamento para permitir haver mais carros. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, relativamente às taxas, referindo que, no ano passado, o valor mais barato por banca na praça do Mercado Municipal era de cerca de 32€ (trinta e dois euros), correspondente a dois espaços, sabendo que esse valor poderia ser divisível por dois, o que resultaria um valor de 16€ (dezasseis euros) por ocupação da meia banca. Nesse sentido perguntou se o valor mais baixo previsto nessas novas taxas, no montante de 17,18€ (dezassete euros e dezoito cêntimos), aplicável à época baixa, é referente à ocupação dos dois espaços que compõem a banca e que pode ser divisível ou se esse valor é para cada um individualmente. Questionou ainda de que forma é que o regulamento em questão conseguiria resolver o problema das bancas fantasma, tema já referido na última sessão, em que uma pessoa adquire o espaço durante um largo período de tempo, utilizando-o nos dias apenas vantajosos e acaba por de certa forma, monopolizar essa localização que é estrategicamente mais vantajosa. Perguntou também se já podia ser partilhado algum pormenor sobre a sinalética, as obras e melhoramentos previstos na praça Municipal. Tendo sido reportadas duas sugestões ao regulamento, na certidão enviada, solicitou que fosse partilhado com esta Assembleia as sugestões em questão, bem como os motivos que fundamentaram a sua rejeição. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município confirmou ter havido duas sugestões, uma delas tinha a ver com a antecipação para o dia útil imediatamente anterior, no caso dos feriados, sendo que a sugestão seria no sentido de não contemplar essa mudança. No entanto, existem dois feriados em que a antecipação é óbvia, neste caso no dia de Natal e no dia do Ano Novo, por questões de tradições familiares. Quanto aos outros feriados comunicou que deverão ser avaliados de ano para ano. Quanto às bancadas, informou, por um lado, que todos os preços tinham sido revistos tendo por referência situações anteriores, e por outro lado, com base num estudo económico-financeiro que necessariamente teve de ser realizado para que o regulamento pudesse ser submetido à Assembleia Municipal, não havendo mudanças nem outro tipo de mexidas. Relativamente à sinalética e às obras, informou não ter ainda um horizonte temporal para apresentar, existindo algumas mais urgentes do que outras e que essas serão feitas de forma imediata pelos serviços municipais, tratando-se de trabalhos importantes, mas muito focalizados, e que não teriam nenhum impacto global. Concordou com o facto de a sinalética não estar em boas condições por ter sido colocada aquando da última requalificação, o que poderá avançar mais rapidamente, independentemente das obras, melhorando a capacidade de circulação. Relativamente às bancas fantasma, confessou ser ainda uma incógnita, nesta fase, saber quais os efeitos que poderão produzir este regulamento, uma vez que, se, por um lado, se pretende dar um incentivo aos feirantes, por outro lado, não é possível prever o impacto que essa medida poderá ter, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de uma taxa mais atrativa poder levar a uma maior postura relaxada em relação a esta situação. No que diz respeito à segunda sugestão, que pretendia baixar ainda mais as taxas, apesar de ser compreensível, confessou não ser possível ir mais além da redução proposta, a qual já é bastante significativa e que é a permitida pelo estudo económico

financeiro realizado. Acrescentou, ainda, que não seria adequado nivelar a Feira de Trancoso por baixo, uma vez que esta não é comparável a nenhuma outra feira do distrito da Guarda e a muito poucas dos distritos de Viseu e de Coimbra. Em resposta ao deputado José Nascimento, informou que as Aldeias Históricas queriam delimitar os estacionamento no campo da feira, o que traria vantagens na organização do trânsito, no entanto, deixaria muitas reservas do ponto de vista estético, motivo pelo qual não irá avançar, até haver certezas e haver um projeto que possa agradar. -----

--- Não havendo mais inscrições, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto sete** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município explicou que este era outro regulamento que também tinha sido trabalhado com muita celeridade de forma que pudesse ser submetido à Assembleia Municipal, com vista à sua apreciação e consequentemente à sua entrada em vigor. Estando cada vez mais perante fenómenos extremos imprevisíveis, salientou tornar-se necessário um regulamento que permitisse atribuir eventuais apoios económicos a pessoas que estivessem em situação de vulnerabilidade ou de emergência social. Explicou que, por vezes, estes apoios são necessários de forma imediata, de um dia para o dia seguinte, como já aconteceu em situações em que foi necessário ter de apoiar pessoas, e não haver instrumento para o fazer, por exemplo realojar uma pessoa de um dia para o outro ou assegurar a alimentação de uma criança no imediato. Sublinhou, assim, a importância de poder atribuir apoios em situações de emergência, nomeadamente, nas áreas da saúde, educação, alimentação, habitação e transportes. Acrescentou que, embora se trate, por vezes, de coisas muito pequeninas, representam um apoio de grande importância para quem as recebe, permitindo este regulamento agilizar a aprovação desses apoios e dar resposta a essas necessidades ou despesas que muitas vezes são inadiáveis. Salientou ainda que todo o processo será acompanhado e gerido pelo serviço de atendimento e acompanhamento social do Município. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nadine Ambrósio, parabenizando o Executivo pela iniciativa e inovação em trazer à Assembleia Municipal um ponto tão sensível, mas de uma importância fundamental. Salientou que o facto de antecipar e regular sobre matérias dessas áreas demonstra a forma responsável como o Município pretende apoiar as pessoas e agregados familiares que residem no Concelho e que se encontram numa situação de emergência e risco social. Acrescentou que o regulamento municipal de apoios económicos e de carácter eventual a pessoas em situação de vulnerabilidade e de emergência social é uma medida fundamental, em que o documento estabelece um sistema de intervenção social, transparente e célebre, destinando-se a indivíduos isolados inseridos em agregado familiar que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade social e económica, residentes no Concelho, garantindo, assim, que as famílias em crise recebam apoio rápido para despesas essenciais de subsistência. Reforçou que a criação de apoios económicos de carácter eventual, permite colmatar lacunas, prevenir a exclusão social e garantir que ninguém é deixado para trás. Nesse sentido, informou que o Município poderá disponibilizar

comparticipações em medicamentos, rendas e bens alimentares de primeira necessidade, permitindo, com este regulamento, um apoio mais célebre a pessoas em situações de terceira idade e que estejam numa situação de dependência, ao dinamizar serviços de apoio domiciliário, a teleassistência, possibilitando que os idosos permaneçam nas suas casas em segurança e com dignidade. Salientou, ainda, outro âmbito de atuação, referindo a questão das emergências e proteção civil em que, perante esse regulamento, o Município poderá apresentar uma resposta rápida e solidária face a situações de catástrofes naturais e crises, nomeadamente como incêndios, cheias, tempestades, entre outros. Quanto à habitação acessível, este regulamento poderá também fazer a promoção de programas de arrendamento apoiado, aquisição de frações para a habitação social ou reabilitação de casas degradadas para famílias sem recurso, ou pelo menos permitir fazer o realojamento a famílias que careçam dessa necessidade. Relembrou ainda que as autarquias devem atuar como agentes diretos de estabilidade e de inclusão territorial, destacando a sensatez desta iniciativa, ao assumir, o Município, um papel complementar e subsidiário, quando as restantes respostas ou apoios do estado se mostram todos esgotados. No entanto, alertou para a necessidade de dotar o Município de meios e definir critérios rigorosos, para a atribuição das referidas prestações pecuniárias de carácter eventual, assegurando mecanismos eficazes, transparentes de avaliação e aprovação destas prestações, tornando-se uma responsabilidade de todos votar favoravelmente a aprovação deste regulamento, lembrando que este é o verdadeiro sentido do poder local, que é estar ao lado das pessoas nos momentos mais difíceis. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município pretendeu corroborar a frase final da intervenção anterior, por ser um dos maiores desígnios do poder local, estando desde sempre ao lado das pessoas, podendo apoiá-las em situação de vulnerabilidade sempre que necessário. -----

--- Não havendo mais inscrições, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar **ao ponto oito** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município começou por fazer uma cronologia acerca deste tema, referindo-se a um ponto muito parecido a este que foi aprovado em reunião de Câmara, no dia 9 de abril de 2025, e que veio à Assembleia Municipal no 29 de abril de 2025, ainda no mandato anterior. Pretendia, neste caso, propor a revogação das duas decisões referidas na altura, uma vez que a Associação das Aldeias Históricas comunicou, quer ao Município de Trancoso, quer aos restantes municípios onde se localizam as Aldeias Históricas, a existência de divergências muito significativas entre os documentos aprovados e a proposta recebida no âmbito deste procedimento, neste caso pela EDP. Acrescentou que, entretanto, com a entrada em vigor do novo regime jurídico da mobilidade elétrica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, posterior às decisões então tomadas, havia também uma desconformidade entre as exigências legais e os documentos anteriormente aprovados. Sendo assim, este procedimento que visa a colocação de um posto duplo de carregamento de veículos elétricos nas Aldeias Históricas, teve de ser reiniciado, implicando a elaboração de novos documentos que tivessem em conta todas essas alterações decorridas

até ao momento, de modo a permitir a atribuição da licença de utilização privativa de bens do domínio público, designadamente do espaço público, destinada à exploração dos pontos de carregamento. Por conseguinte, recordou que a localização que está prevista para esse posto de carregamento duplo seria na Avenida Rainha Santa Isabel, entre a Escola Profissional e as Muralhas, perto da escultura alusiva a João Tição. -----

--- Não havendo inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar **ao ponto nove** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que o organograma do Município remontava a 2014, não sendo um documento que se altere muitas vezes. Salientou que nele está contemplado quatro unidades orgânicas flexíveis, designadas como divisão de obras, divisão financeira, divisão administrativa e divisão da educação, ação social, cultura, turismo e desporto. Destacou, ainda, que à data, duas destas quatro chefias estão providas de lugares de chefia, existindo um chefe de divisão de obras e outro chefe da divisão financeira. Acrescentou que, atualmente, a maior divisão de todas, a que tem mais recursos humanos, é a que contempla a educação, a ação social, a cultura, o turismo e o desporto, sendo uma das que não tem um chefe, por conseguinte, considerou-se ser extremamente necessário dotar esta divisão de uma chefia para que possa funcionar de forma mais eficiente possível, a fim de ter um planeamento estratégico, com o devido acompanhamento necessário, que só pode ser realizado por alguém que apenas tenha esse cargo, sem estar sobrecarregado com outras funções. Nesse sentido, informou que, para que se pudesse prover esse lugar era necessário abrir um procedimento concursal, tanto interno como externo, significando que podem concorrer tanto pessoas que estejam nos quadros do Município de Trancoso, como pessoas que estejam vinculadas a outras entidades públicas. Esclareceu, ainda, que o primeiro passo para a abertura do procedimento concursal foi a aprovação da designação do júri, que também teve uma serie de critérios que deviam ser cumpridos, tantos para os candidatos como para o júri, nomeadamente pela experiência neste tipo de funções. Desse modo, a composição do júri, aprovada em reunião de Câmara e apresentada na presente sessão, para ser discutida e votada, integra os seguintes elementos: como Presidente de Júri, o Dr. Francisco Coelho, Diretor de Departamento da Câmara Municipal de Trancoso; como vogais a Dra. Carla Gamboa, Chefe da Divisão Financeira do Município de Trancoso, e o Dr. Alfredo José de Carvalho Madeira, Chefe da Divisão da Educação e Juventude da Câmara Municipal da Guarda; e como suplentes, o Arquiteto Tiago Silva, Chefe de Divisão de Obras do Município de Trancoso, e a Dra. Isabel Maria Pires Marcelino Batista, Chefe da Divisão de Intervenção e Coesão Social da Câmara Municipal de Pinhel. Ou seja, tal como os candidatos, o júri apresenta uma composição que integra elementos quer internos, quer externos ao Município. -----

--- Não havendo inscrições, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar **ao ponto dez** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município confessou estar muito orgulhoso por trazer a proposta em questão à Assembleia Municipal, por ser uma aspiração muito antiga de muitos presidentes de junta, e que já tinha sido muitas vezes afluída. Sublinhou que foi durante o seu mandato que houve a coragem de avançar com a proposta, não obstante, com algumas dúvidas, com muitos receios também, sem quaisquer certezas quanto ao resultado, como acontece sempre que se dá o primeiro passo num processo. Salientou, no entanto, que o que importa, é que, juntos, Câmara Municipal e juntas de freguesia, estão a dar esse passo, num processo que deve merecer o orgulho de todos. Ficou provado que, através do diálogo, da negociação e da partilha consciente dos riscos, foi possível conduzir todo este processo com grande maturidade e sentido de responsabilidade. Reforçou ainda considerar esta medida muito importante para o Concelho de Trancoso, na medida em que permitirá reforçar a autonomia das juntas de freguesia, algo essencial num país moderno, pela proximidade aos cidadãos, melhorando desse modo a qualidade do serviço prestado às populações. Esta autonomia permitirá, igualmente, assegurar maior rapidez e eficiência às necessidades das populações e, acima de tudo, contribuir para uma maior igualdade para os territórios. Transmitiu, ainda, uma palavra de agradecimento às freguesias que ainda não estão contempladas nessa proposta, por ainda não considerarem conveniente avançar com esse passo, uma vez que, cada freguesia tem especificidades próprias e não existe nenhuma garantia que esta medida seja eficaz para todas da mesma forma. Também informou haver sempre tempo, tanto para as que aceitaram como para as que não aceitaram, de rever esta posição daqui a um ano e ajustar sempre aquilo que for melhor para as populações do Concelho. Realçou também que, apesar de a proposta, em termos de números, ficar ainda muito aquém do que seria desejável, existe igualmente uma imposição legal, que não pode ser ignorada, esta lei impõe que não pode haver um aumento da despesa pública. Neste sentido, importa comprovar que, com os mesmos recursos financeiros, as freguesias deverão ser capazes de fazer mais. Entrando no contexto, explicou que se tratava de três competências previstas no Decreto-Lei 57/2019, nomeadamente, a competência da gestão e manutenção dos espaços verdes, a competência da limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros e a competência da manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano que esteja instalado no espaço público. Informou ainda que a elaboração da proposta teve por base o único critério considerado minimamente objetivo, e já referido pelo deputado João Caramelo na última Assembleia, que é o critério que tem em consideração o Fundo de Financiamento das Freguesias: a área, a população e a densidade populacional. Esclareceu que os valores resultantes destes critérios serão transferidos diretamente pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), para as freguesias, deixando assim, de passar pelo orçamento e pelas contas do Município. Consequentemente, em 2027, a DGAL transferirá mensalmente, em duodécimos, as quantias para as freguesias, o que do ponto de vista de liquidez financeira poderá ser uma vantagem por não existir tanta burocracia. Por conseguinte, passou a enumerar os valores atribuídos a cada freguesia: Aldeia Nova usufruirá de um valor de 9.688,00€ (nove mil, seiscentos e oitenta e oito euros), a Castanheira o montante de 8.607,00€ (oito mil, seiscentos e sete euros), a Cogula o valor de 7.686,80€ (sete mil, seiscentos e oitenta e seis euros e oitenta cêntimos), Fiães a quantia de

8.330,50€ (oito mil, trezentos e trinta euros e cinquenta cêntimos), a Granja terá 8.607,00€ (oito mil, seiscentos e sete euros), Guilheiro o valor de 8.607,00€ (oito mil, seiscentos e sete euros), Moimentinha o montante de 7.921,70€ (sete mil, novecentos e vinte e um euros e setenta cêntimos), Moreira de Rei o valor de 10.625,80€ (dez mil, seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), Palhais com 7.148,90€ (sete mil, cento e quarenta e oito euros e noventa cêntimos), Povia do Concelho o montante de 8.575,20€ (oito mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte cêntimos), Reboleiro terá 7.686,80€ (sete mil, seiscentos e oitenta e seis euros e oitenta cêntimos), Rio de Mel com 9.259,10€ (nove mil, duzentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos), Tamanhos terá 8.115,90€ (oito mil, cento e quinze euros e noventa cêntimos), União das Freguesias de Freches e Torres com 11.073,20€ (onze mil, setenta e três euros e vinte cêntimos), União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho o montante de 12.725,70€ (doze mil, setecentos e vinte e cinco euros e setenta cêntimos), União das Freguesias de Trancoso, São Pedro, Santa Maria e Souto Maior com 17.228,30€ (dezassete mil, duzentos e vinte e oito euros e trinta cêntimos), União das freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia com 10.757,30€ (dez mil, setecentos e cinquenta e sete euros e trinta cêntimos), União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital com 10.007,80€ (dez mil e sete euros e oitenta cêntimos), União das Freguesias de Vilares e Carnicães o montante de 10.742,50€ (dez mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos) sendo esta a proposta submetida à Assembleia Municipal, para que sejam transferidos estes recursos já no ano de 2027. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, corroborando a informação e a opinião do Presidente da Câmara Municipal, por ter sido um ato de coragem e de lealdade porque era uma situação solicitada há muitos anos pelos presidentes de junta, apesar de não ficar ainda totalmente satisfeito pela pouca margem que representa o valor em questão. Salientou que a maior parte das coisas que a partir deste momento serão feitas, já se fazia com a mesma coragem e vontade. No entanto, alertou que não é por se ter delegado essas funções às juntas que deverão esperar que as mesmas tenham que fazer o resto dos trabalhos, ficando sempre as obras com responsabilidade da Câmara Municipal de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Rico, apresentando a posição oficial e clarificando o voto da União das Freguesias de Trancoso e Souto Maior, sobre a formalização da transferência de competências previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 2º do Decreto-Lei 57/2019 descrito anteriormente pelo Presidente do Município. Afirmou também, de forma muito clara, que a junta aprovou a proposta em sede do Executivo e da Assembleia de Freguesias ao acreditar convictamente que seja o caminho certo. Considerou tratar-se de uma reforma administrativa de proximidade que já abrange mais de mil e novecentas freguesias, ou seja, dois terços de todas as freguesias do país, que totalizam três mil duzentas e cinquenta e oito. Acrescentou também que a descentralização é o futuro da gestão pública em Portugal. Clarificou, ainda, que a proposta da Câmara Municipal prevê de forma explícita que esta delegação de competências se aplique única e exclusivamente aos espaços rurais na freguesia, no caso da União das Freguesias de Trancoso e Souto Maior e que o Município assume assim a responsabilidade total e direta pela gestão e manutenção da zona urbana, estabelecendo uma linha clara de separação a executar entre a competência da Câmara na cidade

e o que passa para a junta de freguesia. Salientou que ao manter essa operação sobre a responsabilidade direta da Câmara, o Município assume um encargo operacional urbano que lhe compete, libertando a junta, para focar esse pacote financeiro exclusivamente naquilo que já é um desafio colossal, gerir com rigor as quatorze aldeias dispersas e o vasto território rural de cinquenta e oito quilómetros, exigindo uma logística pesada, deslocações longas e equipas em movimento constante. Acrescentou ainda que gerir todos esse território rural com uma dotação apenas de 10% do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que no caso da junta em questão é de 17.228,30€ (dezassete mil, duzentos e vinte e oito euros e trinta cêntimos) por ano é caminhar no limite do erro, sendo um valor escasso para a expressão geográfica enfrentada. Nesse sentido, deixou uma garantia absoluta de rigor, e esta aprovação é de forma alguma um cheque em branco, cada cêntimo deste pacote financeiro e todos os recursos reais desta operação serão rigorosamente analisados ao pormenor pela junta de freguesia. Informou que no final do primeiro ano de execução será apresentado um balanço exaustivo e transparente e se os 10% do FEF forem considerados suficientes para tratar com dignidade a freguesia, neste caso continuarão, mas se os números mostrarem que a junta está a ter um prejuízo para assumir obrigações por leis ao Município, será analisada a continuidade ou não deste acordo. Concluiu dizendo que o acordo de delegação de competências foi aprovado porque acreditam na descentralização, governando com responsabilidade. Acreditam convictamente no trabalho de proximidade porque só as juntas de freguesia o conseguem concretizar com uma efetiva redução de custos e de tempo, por conseguinte irão fazer tudo o que estiver ao alcance para que o efeito desta decisão se traduza diretamente na melhoria das condições de vida e do bem-estar de toda a população. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, manifestando o seu sincero aplauso relativamente a esta tomada de decisão pelo Executivo Camarário, salientando que, apesar de ter demorado cinco anos, a decisão agora adotada contribui para tornar tudo muito mais transparente, assente em critérios legais, objetivos e politicamente sindicáveis. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, informando que o Grupo Municipal do Partido Socialista acompanhará a proposta do Executivo votando favoravelmente uma vez que é um bom primeiro passo que foi dado em frente. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município salientou o seu orgulho nos presidentes de junta de freguesias, pelo facto de terem dado esse passo em conjunto, movidos pelo objetivo comum de melhorar a resposta às populações. Destacou, ainda, a forma politicamente muito madura e responsável como, do ponto de vista municipal, foi conduzido todo este processo. Destacou que, embora seja um caminho que poderá levar as populações a reconhecerem cada vez mais capacidade de ação ao presidente de junta e, consequentemente, menos ao Presidente de Câmara, uma vez que competências até agora asseguradas pelo Município passarão a ser exercidas pelas juntas, o mais importante é garantir que as pessoas do Concelho beneficiem de um serviço público cada vez melhor. Tendo pensado assim num futuro para um Concelho de que todos gostam, em que se orgulham, e onde querem continuar a viver e que pretendem deixar às gerações futuras ainda melhor. Finalizou, deixando também o seu aplauso e reconhecimento a

todas as juntas de freguesia, sem exceção. -----

--- Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Pediu a palavra o munícipe, Marco Santos, residente em Trancoso, para intervir relativamente ao Souto 365, um povoamento de castanheiros centenários. Referiu que o mesmo está mencionado num livro, considerando que seria importante disponibilizar o respetivo artigo a todos os presentes, sugerindo ainda a divulgação online do livro, salientando que esta forma de divulgação permitiria chegar a mais gente. Salientou ainda o facto de o souto ter sido afetado pelo incêndio de agosto 2025 alertando pela negligência, por parte do Município, sugerindo a abertura de um processo que considerasse esse souto como um arvoredado de interesse público. Relativamente ao Encontro Europeu da Castanha, que terá lugar em Carrazedo de Montenegro, no Concelho de Valpaços, em setembro, perguntou de que forma é que o Município estava a pensar envolver os Trancosenses, principalmente aqueles que têm interesse em estar presentes. Questionou ainda se o embargo do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), relativamente às obras das Muralhas, tinha fundamento. Caso tenha havido, perguntou a razão pela qual essa possibilidade não foi previamente acautelada. Alertou ainda pelo estado de degradação de alguns materiais e equipamentos no Castelo. Solicitou ainda esclarecimentos relativamente à paragem de Trancoso, existente na página eletrónica da “Comboios de Portugal” (CP), mas que está localizada no Concelho de Paredes, considerando que a mesma poderá induzir as pessoas em erro, levando-as a crer que é possível adquirir um bilhete com destino a Trancoso, a partir de Vila Franca das Naves. Informou também existir um projeto com outros municípios, como Fornos de Algodres, Nelas, Mangualde cujo objetivo é a valorização da linha da beira alta, sugerindo que pudesse ser extensível ao Concelho de Trancoso, Celorico da beira e eventualmente à Guarda e até à fronteira. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município salientou que o Dia Aberto do Castanheiro tinha resultado num evento de grande qualidade, à semelhança do que tem vindo a ser feito já há mais de dez anos no Concelho, trazendo, por um lado, a ciência para junto dos nossos produtores que têm o saber aplicado, e por outro lado, salientou o contributo de novos dados dos próprios produtores à ciência. Concordou igualmente com o facto de o arvoredado existente na zona de Miguel Choco constituir um conjunto arbóreo de elevado valor ecológico e patrimonial, para além do valor económico, salientando que o mesmo deve ser devidamente preservado e valorizado. Relativamente ao Encontro Europeu da Castanha, informou que o Município participará nesse evento, quer com o Executivo, quer com os técnicos. Quanto ao Centro Histórico, voltou a salientar considerá-lo o maior ativo do Concelho por conseguinte deverá ser tratado como tal. Relativamente à paragem de comboio em Trancoso, de Paredes, esclareceu que não será confundido com este Trancoso, cuja a estação do Concelho é a estação de Vila Franca das Naves e que nunca se deu conta de alguém que tivesse feito essa confusão até agora. -----

--- Pediu a palavra a munícipe, Clara Andrade, residente em Trancoso, questionando o Presidente da

Câmara Municipal se já havia abordado com o Vereador o episódio ocorrido durante a madrugada, no qual lhe foram retirados o toldo, os vasos e os guarda-ventos do seu estabelecimento. Questionou ainda o motivo pelo qual esta situação tinha ocorrido apenas no seu estabelecimento e não nos estabelecimentos vizinhos. Informou, por fim, que continuará a lutar pelo esclarecimento da situação e pela reparação daquilo que considera uma injustiça. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou assumir a responsabilidade desse episódio, uma vez que o Presidente da Câmara é responsável por tudo o que o Município faz, sendo o responsável político por isso. Salientou, no entanto, existir um regulamento com determinadas questões, muito concretas e bem definidas, e como ambos, tanto a munícipe Clara Andrade como o Município, têm advogados que já estão em contacto, serão eles que decidirão o desfecho desta situação. Informou que, de acordo com a informação de que dispõe, a munícipe foi notificada por seis vezes relativamente a essa questão, duas das quais ainda durante o mandato anterior e quatro já no atual mandato, tendo as referidas notificações sido efetuadas em conformidade com as regras aplicáveis. Respondeu que o material retirado não era do Município, e que poderá ser levantado ou entregue quando o entender. Salientou ainda que um Presidente de Câmara e um Executivo não podem ignorar informações, regulamentos e devem zelar o máximo possível dentro do bom senso para que a lei seja cumprida. Nesse sentido, face ao histórico da situação, salientou que foi exatamente o que foi feito, considerando que esta poderá também constituir uma oportunidade para, em conjunto, começarem a criar uma nova cultura no Centro Histórico, uma cultura com mais adequabilidade para o património, permitindo a longo prazo, uma atuação mais tranquila para toda a gente. -----

--- Interveio o munícipe João Batista, residente em Trancoso, dirigindo uma saudação amiga ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que, no dia da sessão, havia cessado as suas funções enquanto Diretor do Centro Regional da Guarda. Destacou o trabalho desenvolvido e a marca deixada no distrito da Guarda, pelo seu ímpeto, pela sua presença, pela voz amiga, junto das IPSS e das pessoas que mais precisaram. Por esse motivo, salientou o dever de ficar registado nesta Assembleia Municipal um agradecimento e um testemunho, pela presença do Dr. Carlos Martins, durante o período realizado na Segurança Social, cuja presença se revelou meritória de um louvor, de um reconhecimento público e de um sentido “bem-haja” numa linguagem Trancosense. Destacou ainda a sua própria participação na Assembleia Municipal em mais de 30 anos, vindo nesse mesmo dia gritar bem alto pelos Trancosenses, pelas comunidades e por todos aqueles que visitam o Concelho. Tendo em consideração que o assunto em discussão na sessão se prendia com as urgências, centro de saúde e obras de requalificação, e no seguimento à intervenção do deputado Daniel Almeida, questionou se poderia também ser dada alguma garantia e tranquilidade quanto às pessoas que residem no Concelho durante todo o ano, e não apenas aos imigrantes que estão cá só no verão. Salientou ainda que o direito à proteção de saúde, consagrado no artigo 64º da Constituição, referido anteriormente pelo deputado Daniel Almeida, é um direito que se materializa através do Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito. Nesse sentido, informou louvar a moção apresentada pelo Partido Socialista, apresentando a sua disponibilidade para essa luta. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, salientou o valioso contributo do Dr. Carlos Martins no exercício das suas funções profissionais desempenhadas enquanto Diretor do Centro Regional da Guarda, que também proporcionou um avanço da proteção social no distrito da Guarda. Quanto à saúde, e partilhando da opinião do munícipe João Batista, afirmou ser essencial demonstrar, por todos os meios, que não é aceitável a redução de serviços essenciais à população de Trancoso, nem a implementação de reestruturações que são feitas sem que os Trancosenses sejam devidamente informados. Salientou ainda que as alterações que estão a acontecer, estarão a ser feitas sem o conhecimento ou participação da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e das juntas de freguesia, considerando que tal procedimento não é o que seria esperado por parte das instituições responsáveis. -----

--- Não havendo mais intervenções lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade pelos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia -----

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário
